

A ECONOMIA AO ALCANCE DE TODOS

Artigos produzidos durante
o curso ministrado pelo
professor Ladislau Dowbor

Paulo Roberto Padilha e Janaina Abreu

ORGANIZADORES

Artidônio Araújo Filho

Carla Boechat Lode

Danila Ribeiro Gomes

Darliton Cezario Romão

José Joaquim Lopes Gomes

Manoel Pinto Santos

Silvana Maria Jacinto

Thiago Clemente Levada Neves

AUTORES

A ECONOMIA AO ALCANCE DE TODOS

Artigos produzidos durante
o curso ministrado pelo
professor Ladislau Dowbor

Paulo Roberto Padilha e Janaina Abreu

ORGANIZADORES

Artidônio Araújo Filho

Carla Boechat Lode

Danila Ribeiro Gomes

Darliton Cezario Romão

José Joaquim Lopes Gomes

Manoel Pinto Santos

Silvana Maria Jacinto

Thiago Clemente Levada Neves

AUTORES



Instituto
PauloFreire

EaD
Freiriana

UniFreire *Universitas*
Paulo Freire

INSTITUTO PAULO FREIRE

PATRONO | Paulo Freire

PRESIDENTE DE HONRA | Moacir Gadotti

DIRETORES PEDAGÓGICOS | Ângela Biz Antunes, Francisca Pini e Paulo Roberto Padilha

COORDENADORA GRÁFICO-EDITORIAL | Janaina Abreu

ORGANIZADORES | Paulo Roberto Padilha e Janaina Abreu

REVISÃO TÉCNICA | Arlindo Manuel Esteves Rodrigues e Paulo Roberto Padilha

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL | Diogo Droschi

EAD FREIRIANA

COORDENAÇÃO GERAL | Paulo Roberto Padilha

EQUIPE PEDAGÓGICA | Ângela Biz Antunes, Francisca Pini, Moacir Gadotti, Paulo Roberto Padilha, Sheila Ceccon e Sonia Couto

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICO-EDITORIAL | Janaina Abreu

EQUIPE DE TI, SUPORTE TÉCNICO E AUDIOVISUAL | Plínio Pinheiro e Simone Lee

CAPTAÇÃO DE IMAGEM E SOM | Bernardo Baena e Plínio Pinheiro

EDIÇÃO E TRATAMENTO DE IMAGEM, ÁUDIO E VÍDEO | Bernardo Baena

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E CONTÁBIL | Cláudio Nogueira, Plínio Pinheiro, Simone Lee

DOCENTES DO CURSO 'A ECONOMIA AO ALCANCE DE TODOS' | Ladislau Dowbor e Arlindo Manuel Esteves Rodrigues (Docente Assistente)

AUTORES

Artidônio Araújo Filho, Carla Boechat Lode, Danila Ribeiro Gomes, Darliton Cezario Romão, José Joaquim Lopes Gomes, Manoel Pinto Santos, Silvana Maria Jacinto, Thiago Clemente Levada Neves

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Economia ao alcance de todos [livro eletrônico] : artigos produzidos durante o curso ministrado pelo professor Ladislau Dowbor / Paulo Roberto Padilha e Janaina Abreu, organizadores. – São Paulo : Instituto Paulo Freire, 2019.
2.778 Kb ; PDF

Vários autores.
ISBN 978-85-60867-28-8

1. Artigos - Coletâneas 2. Economia 3. Economia - Aspectos sociais 4. Educação 5. Educação financeira 6. Matemática financeira
I. Padilha, Paulo Roberto. II. Abreu, Janaina.

19-28145

CDD-338.4737

Índices para catálogo sistemático:

1. Economia e educação 338.4737

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

1. PREFÁCIO

5 **A economia ao alcance de todos**

Ladislau Dowbor

2. ARTIGOS

8 **Sociedade brasileira em crise: causas e caminhos possíveis**

Artidônio Araújo Filho e Silvana Maria Jacinto

14 **A miséria ronda a porta do brasileiro**

Carla Boechat Lode

21 **Matemática e economia: subsídios para a educação popular na era do capital improdutivo**

Danila Ribeiro Gomes

29 **Um olhar sobre a educação crítica: como a matemática financeira pode contribuir com a educação financeira**

Darliton Cezario Romão

37 **Educação e economia com superações ao alcance de todos**

José Joaquim Lopes Gomes

44 **Trabalho e educação na perspectiva libertadora**

Manoel Pinto Santos

50 **Substância anterior da nova arquitetura de poder: hegemonia e ausência de embates**

Thiago Clemente Levada Neves

3. POSFÁCIO

57 **Dialógica da esperança**

Arlindo Manuel Esteves Rodrigues

A economia ao alcance de todos

Ladislau Dowbor

Queria antes de tudo transmitir o meu agradecimento e abraço aos que embarcaram nesta jornada, e que mesmo sendo não-economistas, decidiram que a compreensão dos mecanismos de apropriação das nossas riquezas sociais deve ser estendida a todos. Não é preciso ter lido o Contrato Social de Rousseau para ter consciência de que as regras devem ser justas e jogo deve ser limpo. Quando estudei direito na universidade de Lausanne, na Suíça, aprendi que se supõe que todos conheçam as leis, ou seja, as regras do jogo. No jogo da economia, no entanto, as pessoas mal conhecem as regras do jogo, muitos as desrespeitam, e pior, criam regras que o tornam injusto.

O funcionamento adequado da democracia, na sua dimensão econômica, exige que haja razoável proporcionalidade entre os aportes e a remuneração. Em outros termos, uma base de merecimento. Quando se criou mudanças jurídicas que passaram a remunerar em níveis escandalosos quem adquire títulos da dívida pública, ao mesmo tempo isentando de impostos os lucros e dividendos distribuídos, abriu-se uma imensa porteira. Os corruptos que me perdoem, mas os que fazem leis que lhes dão acesso legal aos frutos do trabalho dos outros, são muito mais sofisticados. E os recursos apropriados são de outra escala. E são leis democráticas, que valem para todos: os pobres também têm direito a fazer aplicações financeiras, a isentar os seus lucros e dividendos. A massa da população, naturalmente, mal consegue fechar o mês, que dirá gozar de lucros e dividendos isentos. Em termos jurídicos, mas também políticos e econômicos, é uma farsa.

Este esforço que estamos fazendo com o Instituto Paulo Freire, resgata uma ideia forte do próprio educador, de que devíamos assegurar as ferramentas de compreensão das dinâmicas sociais que permitam às pessoas se defender. Anos atrás, Paulo Freire me pediu para fazer o prefácio de um dos seus últimos livros, *A Sombra desta Mangueira*. Para mim, como economista, era entender pedagogia econômica como instrumento de resgate de direitos. O exercício que empreendemos neste curso vai precisamente nesse sentido.

Os artigos aqui apresentados são desiguais, e eu como professor poderia passar uma boa tarde discutindo formas e conteúdos. Mas possuem todos uma virtude em comum: são autores que não têm medo de expor as suas interpretações, sistematizando as ideias que o curso lhes sugeriu. É assim que se constrói conhecimento, sem medo de passos dados em áreas novas, ainda que inseguros. E tem mais, no conjunto, todos mostraram que captaram as ideias-chave do curso, e isso me torna profundamente grato. E queria estender esta gratidão ao professor Dr. Arlindo Rodrigues, que participou comigo deste curso como professor-colaborador e posfacionou tão bem este e-book, bem como a toda turma do Instituto Paulo Freire, a esses amigos batalhadores que há anos mantêm alta a bandeira da pedagogia e da justiça social.

No mais, Danila Ribeiro Gomes, no seu artigo *Matemática e economia: subsídios para a educação popular na era do capital improdutivo* traz uma ideia muito cara para mim, que é da necessidade de termos ferramentas básicas à partida, entender minimamente de números. “Partimos do pressuposto de que o domínio de Matemática básica é direito de todos(as), necessário à compreensão da Economia e, logo, ao resgate da autonomia e dos direitos negados, e à busca de uma melhor qualidade de vida, mais justa, mais equânime, mais humana... Nada melhor, para isso, que uma educação matemática que esteja em função de uma educação econômica que subsidie compreensão e transformação da realidade.” Na realidade, se o ensino da matemática fosse mais aplicado à compreensão das realidades concretas que as pessoas enfrentam, seguramente se enraizaria melhor.

Carla Lode, com *A miséria ronda a porta do brasileiro*, mostra a compreensão de que os desafios da economia se articulam com as instituições e com o social de forma geral, e reflete “sobre como a nova realidade brasileira, seja no campo da economia, da política ou dos Direitos Sociais, afetou e empobreceu a população, fazendo surgir uma política ultraliberal, apoiada nas grandes mídias e no Judiciário. Um capitalismo radical que acompanha o movimento mundial de massacre das políticas públicas e sociais.”

Artidônio Araújo Filho e Silvana Maria Jacinto, em *A sociedade brasileira em crise*, trazem “a importância da liderança a nível comunitário e possíveis caminhos para a formação de uma sociedade mais justa – promover um pacto federativo com distribuição dos recursos não para o governo federal, mas para os estados e municípios que o geraram, com uma proposta tributária justa e liberal.” Este enfoque é importante, pois os processos participativos e descentralizados são essenciais para a racionalidade no uso dos recursos.

Thiago Clemente Levada Neves reflete sobre a arquitetura do poder e o poder hegemônico. Aqui também as regras do jogo estão no centro das reflexões. São “apontamentos que articulam Economia, Política e Direito, tomando esta última seara como a principal no que tange a firmar as “regras do jogo” que, no nosso tempo, foram completamente desviadas de interesses do tecido social.... A governabilidade eficaz para a população tornou-se inexistente. A drenagem de recursos é um mecanismo chancelado pelo Estado.” Acho muito importante esta ponte, como mencionei acima, entre economia e direito, entre o jogo e as suas regras.

O artigo *Educação e economia com superações ao alcance de todos*, de José Joaquim Lopes Gomes, destaca “que se o sistema financeiro é especulativo e concentrador, a força política da coletividade possui potencial para democratizar consideráveis faixas das finanças brasileiras com o intuito de investimento em qualificação, em produção, em pedagogia para economia e para a vida com bem estar social, fortalecendo e ampliando a democracia.”

O artigo de Manoel Pinto Santos, que “problematiza os conceitos de trabalho e educação ressaltando suas ambiguidades e as compreendendo como sendo condicionadas às conformações sociais, políticas e econômicas de determinados momentos e contextos da história da humanidade”, concluindo que tanto o trabalho, como a educação, estão imersos na crise civilizatória que vivemos, mesmo considerando as experiências recentes das organizações sociais e econômicas, como poderão acompanhar em detalhes em sua publicação.

Por fim, significativa também a conclusão de Darliton Cezario Romão, quando afirma que apenas “a compreensão dos conceitos da Matemática Financeira (MF) não são suficientes para explicar, por exemplo, o porquê do endividamento das famílias brasileiras”. Na verdade, segundo ele, há que estimularmos os estudantes a questionar e ser expor ao estudo de temas relacionados à Educação Financeira, numa perspectiva interdisciplinar, como forma de nos ajudar a entender melhor as experiências da economia que vivemos no passado e no futuro.

São vários enfoques, pois a *Era do Capital Improdutivo* não constitui no essencial uma visão estreita de economia. Na realidade, a economia, mais que uma área, é uma dimensão de tudo que fazemos. E os mecanismos básicos que foram apresentados e discutidos com os participantes, são importantes para o que acontece com a nossa sociedade, no sentido mais amplo. Agradeço os aportes, e ajudem a disseminar esta compreensão, pois mais gente tem de entender que quando os dados são viciados, o jogo não é justo. Nem os pobres merecem o caos em que foram jogados, nem as oligarquias as riquezas que usurparam. ■

Sociedade brasileira em crise: causas e caminhos possíveis

FILHO, Artidônio Araújo - IF Sertão - PE ¹
JACINTO, Silvana Maria - UFSCar - São Carlos ²

RESUMO

Este artigo visa discutir os principais motivos que acarretaram a crise na sociedade brasileira, bem como a crise da conscientização política e o avanço das políticas conservadoras, a importância da liderança a nível comunitário e possíveis caminhos para a formação de uma sociedade mais justa. O desenvolvimento do texto ocorreu através da análise da leitura bibliográfica. A sociedade está em crise por motivos econômicos que transferem para o cidadão toda a responsabilidade de sua própria miséria, onde os grandes grupos financeiros agem cautelosamente no sentido de desestruturar a vida digna de cada povo, de cada área biológica como a fauna e a flora. Destaca-se, assim, a importância de se compreender as práticas sociais que fazem com que as comunidades se mobilizem, transformando o seu mundo e conseqüentemente, o mundo dos sujeitos com os quais se relacionam no sentido de se chegar à alteridade, solidariedade e libertação.

Palavras-chave: Práticas Sociais; Crise Econômica; Sociedade; Diálogo.

ABSTRACT

This article aims to discuss the main reasons for the crisis in Brazilian society, as well as the crisis of political awareness and the advance of conservative policies, the importance of leadership at community level and possible ways to build a more just society. The development of the text occurred through the analysis of the bibliographical reading. The society is in crisis for economic reasons that transfer to the citizen all the responsibility of his own misery, where the big financial groups act cautiously in order to deconstruct the dignified life of each people, of each biological area as the fauna and the flora. It is therefore important to understand the social practices that make communities mobilize, transforming their world and consequently, the world of the subjects with which they relate in order to reach the otherness, solidarity and liberation.

Keywords: Social Practices; Economic Crisis; Society; Dialogue.

1. INTRODUÇÃO

Está claro que a partida para esta crise está na movimentação dos acontecimentos internacionais ligados ao capital, à produção e ao trabalho. Destacamos aqui o crescimento eleitoral de ideais extremamente conservadores, discriminatórios e antissociais; o avanço do terrorismo; a movimentação internacional de seres humanos; o acentuado controle econômico pelos grandes grupos financeiros; o aumento das mobilizações sociais contrárias ao desenvolvimento de políticas públicas de caráter libertador no sentido de incluir a todos no avanço sócio/político de todos os cidadãos de forma digna. Tudo isso são sinais de uma sociedade que vem sendo golpeada a partir da cobiça desenfreada do grande capital. Esta crise resulta de um conjunto de fatores éticos, baseados na transfiguração do papel exercido pelos políticos, sobretudo na corrupção sistemática que atualmente é praticada em escala descontrolada, ou seja, há uma enorme crise política e econômica que transfere para a crise da sociedade em geral. Esta, sim, é uma crise mais profunda, ou seja, ela é o resultado da desarrumação profunda da interação da convivência e consciência social, o que pode impedir a abertura de novos caminhos.

Neste aspecto vamos usar como referencial teórico os artigos pesquisados, dos vídeos aulas ministrados pelo professor Dowbor (2017) em seu livro, “A Era do Capital Improdutivo”, dentro da temática “A Crise no Brasil”. Ao final nas considerações finais serão apresentados os possíveis caminhos para minimizar e/ou solucionar os graves problemas que tem causado esta crise aguda na sociedade brasileira.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Vamos aqui apresentar os referenciais teóricos que pesquisamos para embasar as causas desta crise que passa a sociedade brasileira e entender porque estamos sendo tão conivente com estes fatos.

Nós sentimos a crise na/da sociedade, a partir do momento em que ocorre uma alteração no investimento do capital social, ou seja, quando há uma diminuição deste capital, ocorre um déficit que interrompe ou dificulta a abertura de novos caminhos para todos os setores da sociedade como os projetos voltados para o desenvolvimento humano e para as políticas públicas. Neste sentido, Franco (2016) define este capital como sendo aquele que “nada mais é do que a confiança ampliada socialmente”.

De acordo com Silva e DellaVecchia (2014), o pacto político, social e econômico do Brasil estava vinculado a uma política voltada para assistir aos mais pobres, mas ao mesmo tempo preservava os interesses dos capitalistas financeiros. Os questionamentos desse pacto apareceram quando ocorreram as manifestações políticas/sociais de grande destaque como o Movimento

do Passe Livre (MPL) em 2013 o qual refletia sobre os aumentos injustos das passagens nos transportes públicos. Neste sentido, os autores destacam que:

Os constantes aumentos de preços dos transportes sem nenhuma transparência quanto às planilhas das empresas e margens de lucros, bem como nenhum controle sobre o revestimento na qualidade do transporte foi determinante para que as mobilizações fossem crescendo constantemente” (SILVA e DELLAVEHIA,2014 p.1).

De acordo com Dowbor (2017) nós presenciamos hoje, uma liderança política e poderosa de grandes grupos financeiros sobre todos os setores da sociedade. O capital financeiro é a base da economia que move todos os setores sociais. Praticamente, estamos vivenciando um momento de domínio imperial sobre os povos. Há um desenvolvimento econômico tão acirrado que o papel moeda não é mais tão importante quanto o movimento financeiro via internet. As pessoas utilizam mais os cartões financeiros magnéticos e nem veem mais a cor do dinheiro. Assim as empresas aproximam-se dos lugares em que o lucro é certo, mesmo que tenham que passar por cima do Meio Ambiente e o que é pior, por cima dos Seres Humanos. Nada é mais importante do que o lucro e o poder político. Este sistema financeiro, não contribui para a igualdade social, nem garante uma sobrevivência mínima para a população como um todo. Neste sentido Dowbor (2017) destaca que:

A concentração de renda é absolutamente escandalosa e nos obriga a ver de frente o problema ético, da injustiça e dos dramas de bilhões de pessoas, como o problema econômico. Porque excluímos pessoas que poderiam estar vivendo melhor, contribuindo de forma mais ampla com sua capacidade produtiva e, com sua demanda, dinamizando a economia. (DOWBOR, 2017,p.24).

O desenvolvimento da sociedade está ligado a sua conscientização política uma vez que todo este processo crítico frente à sociedade passa pelo processo educacional. Falar em Pedagogia da Conscientização hoje é um grande desafio, uma vez que as instituições conservadoras estão chegando e/ou continuando a agir com força total. Passamos atualmente, por um momento cuidadoso em que expressar nossas opiniões, principalmente quando atuamos ao lado dos Direitos Humanos, é preciso agir com coragem.

De acordo com Dowbor (2017) “a economia move o mundo que move a economia”. E este mundo é formado por seres humanos, aqueles mesmos que movem a economia. Economia que move a sociedade que está em crise devido ao movimento financeiro estar restrito a pequenos grupos e poucas famílias. De acordo com o autor:

A concentração de renda e de riqueza no planeta atingiu níveis absolutamente obscenos. A financeirização dos processos econômicos há décadas se alimenta da apropriação dos ganhos de produtividade, essencialmente possibilitados pela revolução tecnológica, de forma radicalmente desequilibrada. (DOWBOR,2017 p.29).

Para atuarmos conscientemente na sociedade e abrir caminhos para uma convivência social mais igualitária e justa, faz-se necessária uma convivência em que se objetiva a participação de todos no desenvolvimento pleno do Ser Humano através de ações políticas. Neste sentido, Dussel (2007) define como campo político as ações, as instituições, os princípios econômicos e cada atividade prática possui seu campo respectivo, como o campo familiar, econômico, esportivo.

Quem manda no Brasil é o poder financeiro, nossos direitos são comprados nas eleições e manipulados pela mídia tendenciosa e empoderada pelas grandes corporações, a dignidade humana não existe, pois o respeito familiar aos preceitos sociais e morais são sempre relevados,

a produção de trabalho está em último plano, todo dinheiro vai para especulação financeira, não gerando emprego e nem renda para a população. e o pluralismo político, só fez aumentar a número de partidos sem ideologias, visando apenas recursos públicos, regalias, mordomias e benesses compradas pelo capital que deslocou segundo Dowbor (2017) o poder dos gestores públicos eleitos para estas grandes corporações que decidem qual a política pública a ser adotada.

Dowbor (2017) nos mostra que esta dominação crescente em todos os campos da sociedade e em especial sobre os governos que tem seu poder deslocado, estando a serviço dessas grandes potências mundiais que não geram recursos, ao não aplicar na produção e sim, buscar ganho de capital no mercado financeiro, aumentando assim o desemprego.

Os governos ficam endividados com as isenções e venda de seus papéis a juros altos no afã de atrair as grandes corporações, desta forma estas dominam o financeiro, a política, o econômico, mantendo sua governança com um sistema político próprio e poder organizado. É unindo forças, ideias e ideais que se forma a base para a tomada de atitudes e decisões as quais interferem na sobrevivência e permanência do Ser Humano na sociedade. Daí a importância de um líder social voltado para mediar os desejos de sua comunidade: “Todo exercício do poder de toda instituição tem como primeira referência e última, o poder da comunidade” (DUSSEL, 2007.p.16). Esse poder deve ser exercido dentro da dimensão da intersubjetividade.

A objetividade da tomada de decisões em conjunto sugere um exercício de divisão de poderes, o que dificulta o aparecimento do orgulho pessoal do estar no poder. Sendo assim, o diálogo é o caminho para se chegar a um consenso em comum. E para ser ter um diálogo democrático é preciso exercer a prática do ouvir o outro. Em Freire (2005) encontramos: “O diálogo é este encontro de homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”. (FERIRE, 2005.p.91).

Comentários contextualizados entre os setores da sociedade que buscam uma solução para este sistema financeiro que escraviza a população em nome do dinheiro e do poder poderão contribuir no entendimento que vamos tendo sobre o movimento das políticas públicas. Sendo assim verificar-se-á como os conhecimentos foram se construindo e se constituindo no mundo das comunidades refletidas na sociedade. Neste sentido, encontramos em Oliveira et al.2014:

Para Dussel como para Freire, o ser humano constitui um MUNDO, seu mundo e nele se realiza ao estar-sendo, na relação que se estabelece com o contexto que o envolve. [...]. Esse âmbito que o ser humano constrói, experimenta, conhece, ama onde cultiva (produz), cria instrumentos nos quais ele vive, se denomina mundo (OLIVEIRA et al,2014.p.71).

Dussel (2007) destaca que “a afirmação de vida da vítima é crescimento histórico da vida de toda sociedade”. Assim, através da solução das insatisfações dos oprimidos, os últimos, que os sistemas históricos progrediram. É esse movimento histórico/cultural, político/econômico que são possuídos pelo movimento que exige uma afirmação e exige o aumento da vida comunitária. É o historiar dos processos de transformação social.

Sabemos que não há transformação sem esperança, sem a práxis social/libertadora. Sobre esperança como uma estratégia de ver uma sociedade mais justa e igualitária, que Freire (1992) nos aponta:

A esperança de produzir o objeto é tão fundamental ao operário quão indispensável e a esperança de refazer o mundo na luta dos oprimidos e das oprimidas. Enquanto política

desveladora, gnosiológica, a educação sozinha, porém, não se faz a transformação do mundo, mas implica. (FREIRE, 1992, p.32).

Esse processo de desdobramento do saber, do desafio da conscientização econômica que vivenciamos neste mundo capitalista nos direciona para uma ação os quais nos tornamos sujeitos e atores na construção de uma nova ação/reflexão a partir de uma nova cultura de conhecimentos tecnológicos e financeiros.

Acordando com Dowbor (2017), Dussel (2007) defende a ideia de que para garantir vida a no Planeta Terra, é preciso mudar de atitude, pois corre-se o risco da ocorrência de um “suicídio coletivo”.

Os conhecimentos e os comentários da população envolvida servirão de base para aprofundar o significado do organismo financeiro e da organização política, social, cultural e econômica na sociedade como um todo. Assim, o caminho da solidariedade mútua entre os seres humanos, é um dos caminhos para se diminuir as desigualdades sociais. Destaca-se aqui a importância de se compreender as práticas sociais que fazem com que as comunidades se mobilizem, transformando o seu mundo e conseqüentemente, o mundo dos sujeitos com os quais se relacionam no sentido de se chegar à alteridade, solidariedade e libertação.

3. CAMINHOS POSSÍVEIS

Diante das causas em que os artigos, livros, e outras fontes de pesquisa estudada nos apresentaram, constando no referencial teórico, existem urgência em que providencias para iniciar um trabalho consistente com política de estado e não somente de um governo para combater esta crise nefasta em que passa a sociedade brasileira.

Os caminhos possíveis apontados por Dowbor (2017) no seu livro e vídeo aulas, bem como os artigos que nos embasaram apontam que se necessita de dialogo democrático em todos os níveis da sociedade, seja político, econômico ou comunitário, resgate de valores morais, liderança social, organização da comunidade para defender seus direitos e executar seus deveres com dignidade, distribuir riquezas, tirando tanta concentração desta, que estão nas mãos de poucos, colocar o capital financeiro dos bancos para produção, gerando emprego e renda, bem como trabalho digno, promover um pacto federativo com distribuição dos recursos não para o governo federal, mas para os estados e municípios que o geraram, com uma proposta tributaria justa e liberal.

De acordo com Freitas, (2004, p.10): “Conscientização” saiu de cena, ao menos como personagem central. “Um silêncio restaurador, um momento de cicatrizar feridas abertas, mas também de buscar novos caminhos”.

Vamos acreditar e nos organizar em comunidades e sociedade, buscar lideranças com histórico profissional e pessoal de vida limpo e atuante, reivindicar e cobrar dos nossos representantes eleitos que governem para o povo e seu bem estar, independente de ser de esquerda, conservador, centro, socialista, não fiquem protegendo as grandes corporações e encobrendo com assistencialismo, devem existir regras mais rígidas com uma reforma política que estabeleça critérios para ser candidato e ser gestor, bem como na criação de tantos partidos políticos sem ideologias claras, existindo apenas para barganhar verbas publicas e promover imunidade parlamentar e pessoal de tantos com ficha suja, seja no judiciário, legislativo ou executivo.

Os caminhos apresentados aqui são todos possíveis e simples, precisamos de vontade política, de organização da sociedade, de cobrança, de ética, de respeito, de solidariedade e

conscientização moral e política do nosso povo para combater estas causas da crise em que se encontra a sociedade brasileira. ■

4. REFERÊNCIAS

- DOWBOR, Ladislau. **A Era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- DUSSEL, Enrique. **20 Teses de Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FRANCO, Augusto de. **A crise brasileira: um resumo**. Disponível em: <<http://dagobah.com.br/a-crise-brasileira-um-resumo>>. Acesso em: 24 mar. 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREITAS, Ana Lúcia Souza de. **Pedagogia da Conscientização: um legado de Paulo Freire à formação de Professores**. 3ª ed. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004.
- OLIVEIRA, Maria Waldenez de. SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **Processos Educativos em Práticas Sociais**. (Orgs). São Carlos: EduFSCar, 2014.
- SILVA, Vini Rabassa da. e DELLA VECHIA, Renato da Silva. **Crise da Sociedade Brasileira e saídas possíveis**. Disponível em: <revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/download/1711/1024>. Acesso em: 24 mar. 2019.

¹ **Artidônio Araújo Filho** é graduado em Engenharia Civil pela UFPE. Especialização em Pedagogia para ensinar no Instituto Federal do Sertão Pernambucano, em Petrolina- PE. Atua, desde 1995 como professor. Especialização em Gestão Pública no ENAP. Mestrado em Administração pela UFBA. Contato: artilho@gmail.com.

² **Silvana Maria Jacinto** é graduada em Pedagogia pela Autarquia Municipal de Ensino (AME) Poços de Caldas-MG e em História pela Fundação Educacional José Augusto Vieira em Machado-MG. Mestre em Educação – UFSCar- São Carlos em 2017. Atua como Professora de História – Ensino Fundamental II e Supervisora Pedagógica na AME. Contato: silvanajacinto@yahoo.com.br.

A miséria ronda a porta do brasileiro

LODE, Carla Boechat - IPF¹

RESUMO

O objetivo do presente artigo é refletir sobre como a nova realidade brasileira, seja no campo da economia, da política ou dos Direitos Sociais, afetou e empobreceu a população, fazendo surgir uma política ultraliberal, apoiada nas grandes mídias e no Judiciário. Um capitalismo radical que acompanha o movimento mundial de massacre das políticas públicas e sociais. É também o de refletir sobre como será possível mudar estas perspectivas, ainda com a nova (des) ordem econômica adotada no Brasil, com foco numa reação renovadora do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Realidade; Política; Perspectivas; Judiciário.

ABSTRACT

The objective of this article is to reflect on how the new Brazilian reality, whether in the field of economics, politics or Social Rights, has affected and impoverished the population, creating an ultraliberal policy, supported by the media and the judiciary. A radical capitalism that follows the worldwide trend of the massacre of public and social policies. Further, this article aims at reflecting on how it will be possible to change these perspectives, even with the new economic order adopted in Brazil, focusing on a renewal reaction of the Judiciary.

Keywords: Reality; Politics; Perspectives; Judiciary.

1. INTRODUÇÃO

A política, a economia e o desenvolvimento social do Brasil tomaram rumos preocupantes, a partir do impeachment da Presidente eleita Dilma Roussef. Ladislau Dowbor (DOWBOR, 2018) aborda a economia política, oferecendo-a como instrumento de esclarecimento contra a manipulação de informações. O curso “A Economia ao Alcance de Todos”, oferecido pelo Instituto Paulo Freire, tem este objetivo de possibilitar um olhar diferente daquilo que vem sendo praticado na política econômica. Afirma o professor que o ajuste fiscal é uma farsa, pois os governos anteriores não gastaram muito dinheiro com os pobres, como alegaram alguns analistas.

O travamento da economia e a quebra dos governos ocorreram em razão da ascensão ao poder pelas oligarquias, com a ajuda da “operação lava jato”, que paralisou a economia, quebrando as empresas nacionais e abrindo caminho para as empresas estrangeiras. O governo deve exigir do sistema financeiro que subsidie a economia do país e não que se extraiam as riquezas, transferindo-as a paraísos fiscais, com largas vantagens de isenções de impostos. O resultado que vemos em razão desta prática nefasta é a miséria, o desemprego e a fome.

Se a solução é fazer esse sistema voltar a produzir, é preciso que a atenção dos bancos seja atraída para a demanda interna.

O Poder Judiciário vem desempenhando papel importante no resultado político atual, com sua participação ou omissão em relação a decisões que interferem diretamente na política, ficando clara a falta de isenção. Sendo uma instituição forte e importante na preservação da democracia, deixa com isso de aplicar a lei, substituindo-a por interpretações, e assim, o Brasil presencia a condenação de inocentes, absolvição de culpados, concessão de *habeas corpus* ou determinação de prisões cautelares sem amparo legal. A ameaça de *impeachment* de ministros do STF pode significar uma mudança de comportamento, pois se torna insustentável a manutenção destas práticas, já que as decisões prolatadas vão atingir a todos, inclusive àqueles que outrora se interessaram pelo abuso de direito.

2. SINAL FECHADO PARA O BRASIL

Inegável que o Brasil passa pela pior crise já existente na sua história: a crise institucional. Com ela estão ruindo instituições sólidas como o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. E quando se verifica tal complexidade de crise, seriamente manipulada pela imprensa dominante, constata-se a instabilidade do sistema judicial, e com ela, a manipulação de dados, provas, interpretações de lei, bem como privilégios para alguns, prisões arbitrárias e condenações baseadas em teses inexistentes no ordenamento jurídico. Desta maneira, as portas do Brasil se abriram

aos grandes conglomerados financeiros, que já dominam o mundo atual e, aliados à grande imprensa, convenceram as massas de que a culpa pela crise econômica é do Estado e dos impostos, quando na verdade, a culpa é dos juros escorchantes cobrados pelos bancos.

Grandes corporações demonstram-se excessivamente preocupadas com a maximização do lucro, não importando o impacto financeiro e ambiental que possam causar. O capitalismo tradicionalmente conhecido, onde o empresário se preocupa com a satisfação do seu cliente, é coisa do passado. O Brasil trocou a movimentação da economia, a produção de bens de consumo, que aquecia a economia, pela produção de uma geração de investidores, cujo patrimônio somente servirá aos interesses dos bancos.

• A DESRESPONSABILIZAÇÃO GRADATIVA DAS GRANDES CORPORações

Grave anomalia é verificada nas grandes corporações, que é a diluição da sua responsabilidade jurídica e social, pois quando quem dá as ordens é um organismo financeiro, os desastres começam a acontecer, principalmente ambientais.

São diversos cenários que se desenharão nas próximas décadas: uma delas é que o capitalismo tal como se estabelece nos dias atuais tende a se colapsar, já que não há como sustentar a ganância desenfreada.

Exemplo de resistência a este capitalismo sombrio é a Venezuela, que a despeito dos problemas políticos internos, é uma nação que protege a sua soberania dos lobos estrangeiros que, a pretexto de se lograrem “salvadores da pátria (alheia)”, promovem criminosos embargos ao país, destruindo-lhe a economia, com o intuito escuso e igualmente criminoso de roubar-lhe as reservas petrolíferas. Contam esses invasores estrangeiros com o apoio da mídia, que fortalece a imagem negativa, massificando falsas realidades, ou distorcendo-as.

No que diz respeito à judicialização e à desresponsabilização das grandes empresas perante seus consumidores, há que se considerar uma realidade prática no Brasil, pois o Judiciário tem se mostrado favorável, na maioria das vezes, às grandes corporações, ainda que os consumidores sejam atendidos em suas demandas.

As condenações, na prática, acabam tendo o propósito de diminuir ou senão extinguir as demandas judiciais contra as empresas produtoras de bens e serviços, pois as punições são cada vez menos rígidas e os caminhos cada vez mais árdios para o consumidor.

• O AVANÇO DOS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

O professor Dowbor destaca em seu livro a questão do fenômeno da “apropriação indébita generalizada” (DOWBOR, 2018, p. 183), nos quais esses juros extorsivos que impedem o acesso aos bens públicos e encarecem o consumo acabam com qualquer investimento nos serviços públicos. Mas é preciso que a população tenha consciência de que esse mecanismo utilizado atualmente precisa ser destruído pois certamente será a razão da aniquilação do país a médio e longo prazo, caso não seja combatido.

Segundo Ladislau Dowbor, o ataque sistemático à política econômica do Brasil se deu quando o governo Dilma tentou reduzir os juros no ano de 2013, recebendo de volta violenta reação do mercado financeiro e dos rentistas, sendo este movimento aproveitado por diversas esferas de oportunismo político e jurídico (DOWBOR, 2018, pág. 164). Tudo por conta da taxa Selic, criada no governo FHC, e que vem sendo utilizada como referência de inflação,

quando na realidade não passa de um termômetro para se saber quando e como os bancos vão ganhar mais.

Observe a urgência destas classes e verá que é incompatível com os interesses do povo: A taxa selic foi criada para financiar os bancos. O art. 192 da Constituição da República, que limitava os juros a 12% ao ano, foi revogado, legalizando o crime de agiotagem. Os juros praticados com o consumidor são extremamente agressivos.

A ilusão criada em torno de que os impostos são os vilões da economia, entorpece a população, que não percebe o quanto paga de juros anualmente. O que destrói a economia, são os juros cobrados pelos bancos, o corte das políticas públicas de saúde, educação etc., que empobreceram a população, a reforma trabalhista que jogou mais da metade da população na informalidade. O governo Bolsonaro dá a impressão de que não quer arrecadar dos ricos, mas sim dos pobres.

Os estudos mostram o que a imprensa maquia: o PIB brasileiro não sofreu o impacto do “mau humor” dos especuladores (mercado), porque não se origina das exportações, mas basicamente da demanda interna, das políticas públicas e da iniciativa empresarial. Porém, o que se verificou foi uma perversa realidade: toda essa atividade interna ficou submetida aos bancos, cujas taxas tem por objetivo apenas os seus lucros, em detrimento do bem-estar social.

Não houve freio a esta prática e a manutenção da isenção de impostos sobre os dividendos contabilizados pelos bancos, a intermediação financeira avançando e abocanhando a maior parte dos lucros e a falta de um controle gradativo ou até mesmo progressivo a este sistema financeiro ao longo dos governos do PT, podem ter culminado com a crise financeira, pois abriu portas ao inimigo mais feroz dos governos, os bancos, que dominaram todo cenário de poder: a mídia, o Legislativo e, o que ainda era a esperança do país, o Judiciário.

Mas ainda que a política tenha favorecido os bancos, não se pode negar os avanços sociais promovidos no Brasil, com programas sociais mundialmente premiados, como o Fome Zero, e de combate à degradação do solo (o programa Cisterna e o de apoio a colheita da água da chuva), e que não podem ser extintos.

3. DISCUSSÃO – O QUE O JUDICIÁRIO TEM A VER COM ISSO?

No artigo intitulado “*O caso do STF e as fake news: por que temos de ser ortodoxos!*”, o renomado Jurista e professor de Direito Constitucional Lenio Luiz Streck (STRECK, conjur.com.br, 18-04-2019), afirma a necessidade da ortodoxia constitucional, pois a Constituição “é um remédio contra as maiorias”, “e o Supremo Tribunal é um instrumento contramajoritário”, de modo que, segundo o colunista, “o primeiro erro é falar em ouvir a voz das ruas. Falar nisso é sufragar o velho “dualismo metodológico” de Jellinek e Laband, pernicioso para a democracia”.

E por que a genialidade da afirmação?

Por que não se pode desviar da lei. “*Onde está escrito x, leiamos x. E então seremos democratas. O resto é uma barata teoria política do poder. Uma teoria tipo “filme trash”, em que se pode ver o zéper da fantasia do monstro*”, diz o jurista. É o que falta para corrigir todas as distorções.

Por que até antes do *impeachment* da presidente Dilma Rouseff a população se submetia à Constituição Federal? E por que hoje bradam que o melhor é fechar o Congresso Nacional, acabar com o STF ou com a OAB? Por que a falsa “voz das ruas” na verdade são robôs

contratados por conglomerados riquíssimos para convencer as pessoas de que o errado está certo, razão pela qual vivemos esta dicotomia social. A tecnologia avançou, mas a educação não.

Segundo o artigo do professor: “*Fake news são uma praga. Têm de ser combatidas. Com vigor. O anti-intelectualismo está ancorado nas fake news. O obscurantismo só sobrevive nessa era pós-verbo, em que se diz qualquer coisa sobre qualquer coisa*”.

E segue o artigo que aborda a questão da revista *Crusoe*, recentemente “censurada” pelo STF: “muitos que hoje defendem a liberdade de imprensa, ontem mesmo defenderam a ditadura e, paradoxalmente, querem até o fechamento do STF. Fiquemos atentos: há um ataque contra umas das condições da democracia: o guardião da Constituição Federal. O que há de comum em tudo isso, e qual é o elo que une os erros dos dois... *antagonistas* nessa questão? Exatamente a falta de ortodoxia, porque ortodoxia significa obedecer a *critérios*. Criteriologia. Essa é a palavra e é isso que tem faltado”.

A revista *Crusoe* publicou reportagem sobre um Ministro do STF e o site “O Antagonista”, ligado à revista, teria sido “censurado” e intimado a retirar a matéria do ar. As referidas mídias protestaram e a jornalista Monica Bergamo da Folha de São Paulo lembrou o caso passado em sua publicação: “O Antagonista aplaudiu censura de Fux à Folha”.

O STF, então, diante da reclamação da mídia *Crusoe*, liberou a veiculação da reportagem. A decisão pela liberdade de imprensa, agora invocada pelo referido periódico, foi ampla, geral e irrestrita, abrangendo o Jornal A Folha de São Paulo, que no ano passado havia sido impedida de entrevistar o ex-presidente Lula às vésperas das eleições presidenciais, e agora poderá entrevistá-lo, graças ao petítorio deste grupo de extrema direita que se utilizou dos direitos que antes rejeitou.

Se houvesse ortodoxia na aplicação da Constituição da República, não haveria esta dissonância de interesses, pois sabendo a revista *Crusoe* ou mesmo a página “O Antagonista”, que a lei seria aplicada do a quem doer, não seria sequer objeto de qualquer “proibição”, mas como foi isso que promoveu ao apoiar o impedimento do Jornal Folha de São Paulo de entrevistar o ex-presidente Lula, em 2018, sofreu agora as suas consequências.

Leonardo Boff, em recente publicação (BOFF, 2018, p. 98), afirma que após o *impeachment* de Dilma Rouseff, os ajustes antipopulares promovidos pelo vice Michel Temer, medidas estas sem qualquer diálogo com a sociedade, “teve como consequência uma onda de ódio, (...) um generalizado desencanto e perda de horizonte de esperança”.

Boff caracteriza o que vem a ser a frágil democracia brasileira: “De tempos em tempos, quando se dá uma melhoria das classes populares, ocorre um golpe de Estado praticado pelas oligarquias endinheiradas que se sentem ameaçadas. (...). Praticaram o que outras vezes já haviam praticado: uma ruptura com a democracia que, aliás, nunca a apreciaram. Para concretizar seu propósito de rapinagem do bem público, sempre se deram bem com governos fortes ou explicitamente conservadores e ditatoriais” (BOFF, 2018, p. 97).

Analisando todas essas questões, verifica-se que além de uma crise financeira evidente, com a pobreza extrema voltando a ocupar as ruas, o Brasil enfrenta uma grave crise institucional, pois não se privilegia mais a segurança jurídica e o cumprimento da lei, haja vista tantas decisões judiciais dissociadas da lei e da Constituição da República, o fim gradativo da justiça do trabalho, o enfraquecimento dos direitos para o favorecimento de conglomerados e gigantes financeiros.

“Uma sociedade democrática, mesmo dentro do capitalismo, se sustenta nas instituições sociais. No Brasil, atualmente, grande parte dessas instituições não passam de um osso burocrático. Disciplinadas para assegurar o patrimonialismo, não tem identidade com o povo e com suas necessidades. Os partidos políticos, em sua maioria, são instrumentos de grupos econômicos, reunidos para disputar o poder estatal e drenar os fundos públicos para os seus grupos econômicos. Passam longe dos anseios da população pobre.”, afirma o Assessor Jurídico de movimentos sociais Manoel Del Rio (RIO, 2016, p. 44).



Eis que o Poder Judiciário, como instituição forte que sempre foi, passava ao largo das questões políticas, primando pela preservação da democracia em todas as instâncias de poder. É, portanto, a ortodoxia que falta ao Judiciário para impor a aplicação da lei no verdadeiro sentido: doa a quem doer.

4. CONCLUSÕES

O cientista político e professor Emir Sader, na apresentação do livro “10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil – Lula e Dilma”, (SADER, 2013, p. 7) afirmou que “o Brasil mudou – e mudou para melhor – nesses dez anos, e recordar com precisão o que era o país antes de janeiro de 2003 é um exercício necessário”.

Portanto, não será preciso ir muito longe para se constatar que a quebra do país estará próxima se nada for feito para impedi-la, uma vez que os retrocessos vêm sendo promovidos em série, numa rapidez escandalosa, a julgar pela pressa dos congressistas em aprovar a reforma da previdência, que visa o favorecimento dos bancos e a retirada de direitos sociais garantidos pela Constituição da República.

Será um árduo trabalho de re-conscientização das massas e é preciso compreender que não há nada de novo no que está acontecendo hoje com a política brasileira e mundial. Tudo o que se presencia atualmente, aconteceu no passado recente, bastando um olhar crítico para o período de governo FHC, ou seja, o que mudou foram apenas os personagens que protagonizam a agonia.

Mas há esperança. A população brasileira não suportará os desmandos e os arrochos nos salários, nos benefícios, na saúde, na educação e a servidão ao mercado financeiro. Lula herdou um país em recessão, no ano de 2003 e o transformou na oitava economia do mundo. O Brasil

se transportou para o cenário mundial como líder dos BRICS e foi muito além na promoção humana, tirando milhões de pessoas da miséria absoluta.

Ou seja, uma nova sociedade precisa apontar no horizonte como sendo o grande desafio do século XXI, antes que ocorra um colapso, que não é só financeiro, mas também e principalmente ambiental, com o aquecimento global, a morte do solo e as desertificações.

Mais do que “pátria amada Brasil”, o que o brasileiro precisa é de “um país de todos”. Enquanto houver luta, haverá esperança. ■

5. REFERÊNCIAS

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. Tradução Fernando Santos, SP. Editora WMF Martins Fontes, 2013.

SADER, Emir (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**, SP: Boitempo Editorial, RJ: FLACSO Brasil, 2013.

RIO, Manoel Del. **No meio do redemoinho a luta é sempre**. Editora Casa Flutuante, 2016.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. Editora Outras Palavras e Autonomia Literária. 3a. impressão, 2017.

BOFF, Leonardo. **Brasil, concluir a refundação ou prolongar a dependência?** Editora Vozes, 2018.

STRECK, Lênio. **O caso do STF e as fake news: por que temos de ser ortodoxos!** Artigo publicado na coluna Senso Incomum, site conjur.com.br, 18-04-2019.

¹ **Carla Boechat Lode** é graduada em Direito pela UCAM-RJ, com atuação há 27 anos. Possui especialização em Direito do Trabalho pela UNESA, e desde 2005 atua nas áreas do direito imobiliário e civil, em seu escritório no centro do Rio de Janeiro. Contato: carlaboechat.consultoria@gmail.com.

Matemática e economia: subsídios para a educação popular na era do capital improdutivo

RIBEIRO, Danila - UFV¹

RESUMO

Neste texto, chamamos atenção para a baixa proficiência brasileira em Matemática como importante manifestação da desigualdade social, acentuada pela alienação sobre as dinâmicas econômicas. Partimos do pressuposto de que o domínio de Matemática básica é direito de todos(as), necessária à compreensão da Economia e, logo, ao resgate da autonomia e dos direitos negados, e à busca de uma melhor qualidade de vida, mais justa, mais equânime, mais humana. Propomos a utilização da realidade econômica nacional e mundial, apresentada com linguagem matemática, como recurso pedagógico para envolver educandos(as) em seu processo de autoformação sob uma perspectiva de Educação Popular. Como exemplo, tecemos considerações sobre informações econômicas apresentadas na forma de proporções e gráficos, encontrados no livro “A era do capital improdutivo”, de Ladislau Dowbor. Para tanto, destacamos dois pares de relações que caracterizam a economia mundial atual: ganho com produção e com sua apropriação mediante intermediação e aplicações financeiras; crescimento demográfico e sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Educação Popular; Matemática; Economia.

ABSTRACT

In this text, we call attention to the low proficiency in Mathematics as an important manifestation of social inequality, accentuated by the alienation of economic dynamics. We assume that a basic mathematics domain is a right of everyone, necessary to understanding economics, and thus to the recovery of autonomy and denied rights, and the search for a better quality of life, more just, equanimity, more human. We propose the use of the national and world economic reality, presented more with mathematical language, as a pedagogical resource to involve learners in their process of self-training from a Popular Education perspective. For example, we make considerations about economic information presented in the form of proportions and graphs, found in Ladislau Dowbor's The Age of Unproductive Capital. For this, we highlight three pairs of relationships that characterize the current world economy: gain with production and gain with its appropriation through intermediation and financial investments; population growth and environmental sustainability.

Keywords: Popular Education; Mathematics; Economy.

1. INTRODUÇÃO

Não raro, ao ser questionada sobre minha área de atuação, recebo exclamações quanto à minha suposta inteligência diferenciada, uma vez que “sou de Exatas”. Inspirada no incômodo que essa afirmação me causa, convido o(a) leitor(a) a uma reflexão crítica sobre a implicação social da alienação econômica, acentuada pelo pensamento de que a Matemática é restrita a algumas pessoas.

Há alguns anos, quando acabara de ingressar como professora de Matemática em uma escola pública de uma rede municipal brasileira, descobri a profunda defasagem em conhecimentos matemáticos apresentada por estudantes com idades variando entre 11 e 18 anos. Como exemplo, cito uma estudante de doze anos de idade que cursava o sexto ano do ensino fundamental, cuja lembrança é emblemática. Para ela, não fazia sentido uma operação básica como 2 vezes 3. Cheguei a pensar que a estudante teria algum comprometimento cognitivo, mas rapidamente percebi que, no geral, as lógicas próprias da linguagem matemática era algo com que a maioria dos(as) estudantes não se identificava.

Certa vez, ao pagar meu almoço em um restaurante, notei a funcionária utilizando uma calculadora para somar os valores R\$ 11,50 e R\$ 2,00. Trata-se de um hábito automatizado – o(a) leitor(a) poderia pensar. Mas não. A dificuldade com operações aritméticas simples parece estar por toda a parte no Brasil, especialmente entre aqueles(as) com menor poder aquisitivo.

Passei a observar que, para muitos(as), trata-se de um conhecimento dispensável. A Matemática supostamente seria apenas para aqueles(as) que “são de Exatas”, assim como a Economia supostamente seria apenas para economistas.

É nesse contexto que aceitei o convite de Paulo Freire à solidariedade humana. Solidariizei-me com a ausência da propriedade intelectual no âmbito das Ciências Exatas por parte das pessoas menos favorecidas socioeconomicamente. Esse posicionamento se faz presente neste texto devido ao seguinte pressuposto: a Matemática é necessária à compreensão transformadora acerca da Economia.

2. A MATEMÁTICA EXPONDO O DRAMA NACIONAL DA MATEMÁTICA

Segundo dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) referentes às provas aplicadas em 2017, cerca de 70% dos(as) estudantes que concluíram o ensino médio no Brasil apresentaram resultados considerados insuficientes em Matemática. A média nacional, de 270 pontos, coloca o país no nível 2 em uma escala de 0 a 10

(INEP, 2018). Assim, segundo os parâmetros da prova Saeb, a maioria dos(as) estudantes do país não tem competência de resolver problemas que requerem habilidades das quatro operações aritméticas básicas.

Além disso, no que concerne às diferenças de desempenho entre distintas classes socioeconômicas, o cenário é ainda mais comovente: 52 pontos separam a média dos(as) estudantes que pertencem ao grupo dos 20% com o mais alto nível socioeconômico dos 20% com nível socioeconômico mais baixo (INEP, 2018).

3. A MATEMÁTICA EXPONDO O DRAMA MUNDIAL DA ECONOMIA

A realidade exposta acima anuncia a extrema necessidade de se promover uma reparação histórica da desigualdade social que persiste na apropriação da Matemática, especialmente quando se leva em conta sua relação com a Economia.

De acordo com Dowbor (2017, p.9), a Economia constitui “as regras no jogo da sociedade”, de modo que a compreensão da dinâmica econômica do mundo é essencial no processo de resgate de direitos e da autonomia.

Nesse sentido figura a matemática. Ela viabiliza a compreensão das relações econômicas e, logo, da sociedade, contribuindo para a busca por uma melhor qualidade de vida, mais justa e equânime, das populações. Por essa razão, ela não deve ser encarada como um conhecimento exclusivo de algumas pessoas, mas, tanto quanto a Economia, como pertencente a todos(as).

Por isso, há que se oferecerem dispositivos pedagógicos a estudantes cujos desafios em conteúdos matemáticos precisam ser superados. Para tanto, é preciso lançar mão de recursos pedagógicos envolventes, que marquem a presença da realidade dos(as) educandos(as) nos momentos educativos, despertando-lhes a curiosidade epistemológica e seu engajamento no processo de autoformação conduzido sob uma perspectiva de Educação Popular (FREIRE, 1987).

Cachapuz et al. (2011) elencam alguns elementos que devem estar presentes em planos de momentos educativos, dentre os quais destaca-se, aqui, a importância das situações propostas para os(as) discentes. A exploração de elementos da realidade econômica nacional e global tem grande potencial nesse sentido.

Sob essa perspectiva que apresentam-se, a seguir, algumas considerações sobre Educação Matemática, mediadas pela análise de valores estatísticos que caracterizam a realidade econômica brasileira e mundial encontrados em Dowbor (2017). Esses valores são apresentados na forma de medidas de proporções, em razões e porcentagens, e gráficos de linha. Trata-se de exemplificar a necessidade urgente de se proporcionar acesso a informações matemáticas sobre Economia, com vistas à compreensão e transformação da sociedade.

3.1. DESPROPORÇÃO ENTRE GANHO COM PRODUÇÃO E COM SUA APROPRIAÇÃO

Começamos com um dos mecanismos mais escandalosos do *modus operandi* da economia mundial: o **controle financeiro das commodities**. Em Dowbor (2017, p. 94), encontramos um gráfico de barras que evidencia desproporções alarmantes na cadeia de preços do café, desde sua produção até os(as) consumidores(as).

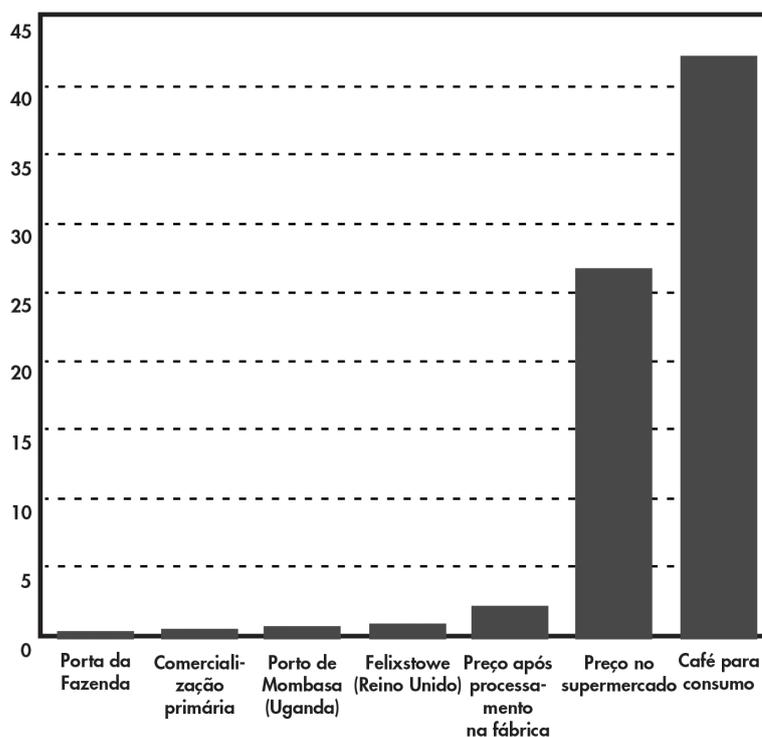


Figura 1 - Custo do café produzido em Uganda e vendido no Reino Unido em 2003
 (Fonte: UNDP, UNEP, WHO, UNESCO, IAASTD - Agriculture at a Crossroad - International Assessment of Agricultural Science and Technology for Development, New York, 2009.)

O gráfico de barras é um recurso matemático usado em Estatística para evidenciar o comportamento de variáveis quantitativas. Nesse caso, é visualmente evidenciada uma desproporção ignóbil: a participação pífia dos(as) produtores(as) de café – responsáveis pelo trabalho árduo – no valor do café para os(as) consumidores(as) em contraposição à participação dos grandes grupos de intermediadores.

A desproporção também é evidenciada numericamente por meio da razão entre 42 dólares (preço do café para o consumo) e 14 centavos de dólar (preço do café ao sair da fazenda onde foi produzido). Essa razão equivale à fração $1/300$, cujo significado numérico diz que, para cada dólar recebido pelos(as) produtores(as), 300 dólares são recebidos pelos atravessadores que vendem o café para consumo. A matemática mostra, aqui, uma realidade impactante: os grupos intermediadores obtêm lucros vertiginosamente desproporcionais aos lucros dos(as) produtores(as) quando se apropriam do fruto do trabalho destes(as).

Além disso, a economia mundial tem um poderoso mecanismo que aumenta ainda mais essa desproporção. Tratam-se dos lucros com **aplicações financeiras**, que, segundo Dowbor (2017), chegam a superar 5 %, em contraposição ao crescimento do PIB mundial, em torno de 2,5 % ao ano. Com isso, algumas grandes corporações se tornam financeiramente mais poderosas que os Estados, detendo, em conjunto, aproximadamente 50 trilhões de dólares, o que equivale a cerca de 75 % do PIB mundial.

Dowbor (2017) também chama atenção para a enorme soma de valores parados em **paraísos fiscais** desde a crise de 2008, avaliada em cerca de 30 trilhões de dólares. Para o ano de 2013, isso equivale à cerca de 1/3 a 75 % do PIB mundial. No caso do Brasil, que contribui

para essa evasão de divisas com cerca de 520 bilhões de dólares, tem-se algo em torno de 27% do valor do PIB acumulados em função do enriquecimento improdutivo de poucos. Essas enormes quantias, sobre as quais não incide imposto, não voltam para o Estado. Se voltassem, poderiam resolver muitos problemas sérios da humanidade, como questões de ordem ambiental, social, econômica e de desenvolvimento.

Em síntese, esses dados matemáticos revelam uma drástica realidade imposta pelo modelo econômico mundial: os grupos investidores se apropriam dos maiores ganhos com o fruto do trabalho dos(as) produtores(as), lucram desproporcionalmente com isso e aplicam seus ganhos no mercado financeiro nacional e em paraísos fiscais, enriquecendo ainda mais. Tudo isso às despensas da falta de investimento em melhorias das condições de vida e trabalho dos(as) produtores(as). Mas a situação consegue ser ainda mais dramática.

Os lucros declarados dos intermediários financeiros aumentam enquanto o PIB regride, o que é evidenciado nos gráficos a seguir, que, juntos, formam o chamado “gráfico boca de jacaré” (DOWBOR, 2017, p. 212).

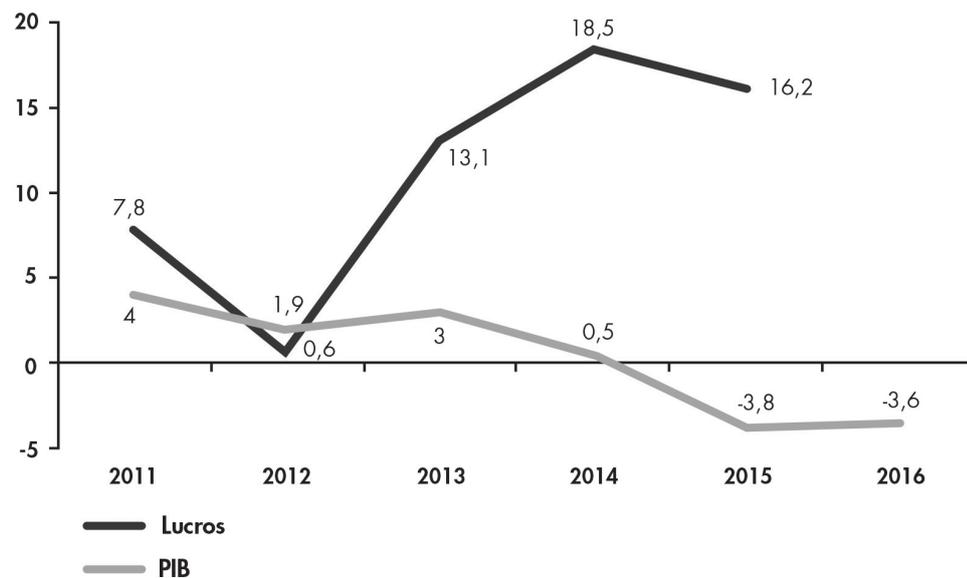


Figura 2 - Porcentagem do PIB e do lucro dos bancos X Ano

(Fonte: DIEESE, a partir dos balanços disponibilizados pelas instituições financeiras.

Elaboração Marcos António do Espírito Santo.)

Intensificando ainda mais esse sistema de produção de desigualdade no Brasil, a capacidade de consumo interno é travada pelo sistema de crédito, posto que a parcela mais economicamente carente da população se atola em dívidas, com as quais as grandes corporações do mercado financeiro aumentam ainda mais a bola de neve de seus lucros. Trata-se de um dreno de cerca de 15 % do PIB, que famílias e empresas dispendem na forma de juros para intermediários financeiros, ao invés de investir em consumo e no setor privado (DOWBOR, 2017).

Uma das consequências de toda essa lógica econômica de desproporções é escancarada nos gráficos da figura a seguir, encontrados em Dowbor (2017, p. 24).

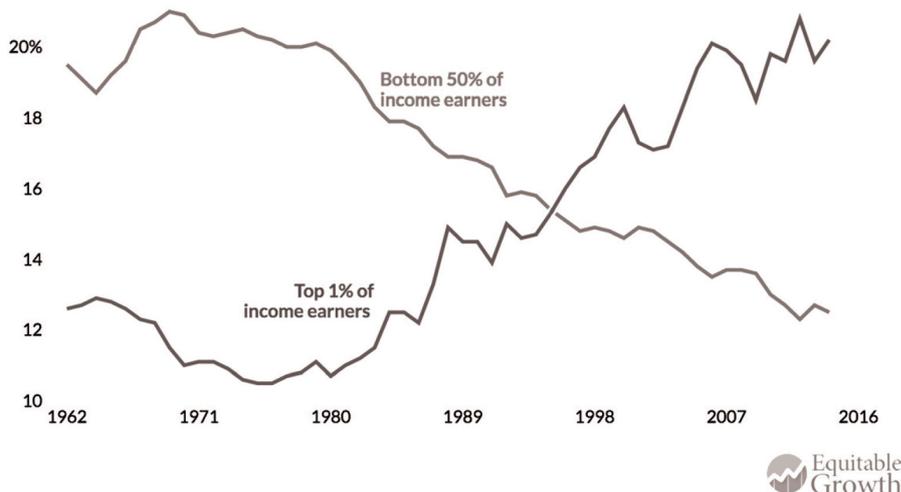


Figura 3 - Gráficos da inversão de apropriação de recursos

(Fonte: Thomas Piketty, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman, *Distributional National Accounts: Methods and Estimates for the United States, 2016*, Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research)

Eles mostram a clara inversão, ocorrida durante a década de 1980, da apropriação de renda pelo 1% que ganha mais, à revelia dos 50% de sujeitos que ganham menos, muitos dos quais têm condições sub-humanas de subsistência.

Outra razão matemática simples evidencia ainda mais o quão vil é esse sistema: o quociente entre o PIB mundial, de cerca de 80 trilhões de dólares, e o número de habitantes do planeta é da ordem de 11 mil dólares. Há aí uma desoladora verdade: há recursos suficientes equivalentes a cerca de 900 dólares por pessoa por mês, ao passo que grande parte das populações carentes não ganham nem metade disso.

Como se pode perceber, razões matemáticas simples revelam o irracional desajuste da economia mundial que, nas palavras de Dowbor (2017), indicam que não há razão objetiva para a miséria que ainda existe no planeta e para os dramas sociais que bilhões de pessoas sofrem diariamente.

Essas barbáries econômicas assolam as populações diretamente e também pela devastação irracional do planeta, como trata brevemente a seção seguinte.

3.2. DESPROPORÇÃO ENTRE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O gráfico a seguir, encontrado em Dowbor (2017, p. 18), expõe o crescimento populacional mundial e sua relação com o **consumo**. Ele apresenta uma macrotendência do século XVIII ao fim do século XX, na qual, na medida em que a população cresce, ocorre maior consumo de recursos naturais.

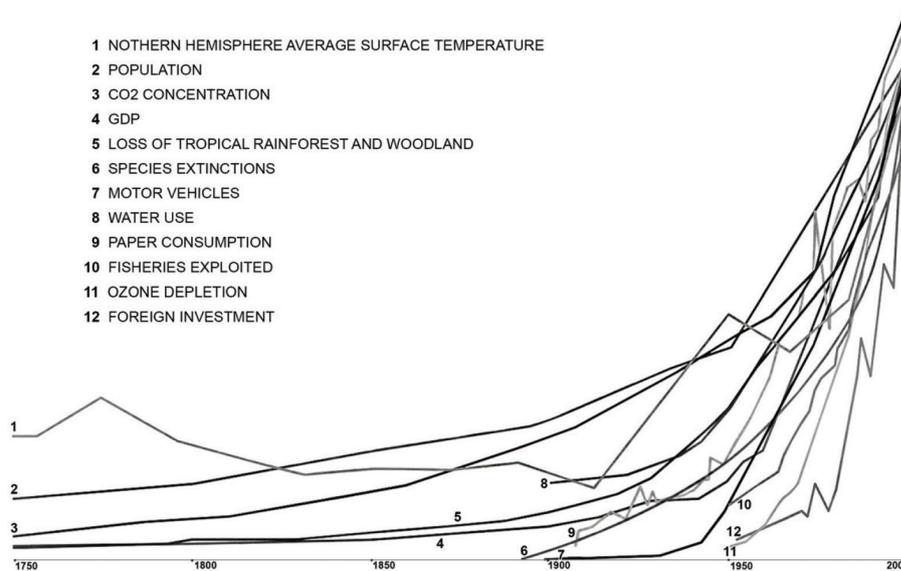


Figura 4 - Gráfico de macrotendências de 1750 a 2000
(Fonte: *New Scientist*, 18 de outubro de 2008, p.40.)

Esse gráfico reúne informações acerca de demografia, clima, produção de carros, consumo de papel, contaminação da água, entre outros, chamando atenção para uma importante relação: o crescimento econômico está intimamente relacionado ao crescimento demográfico, que é extremamente poderoso, uma vez que ocasiona o crescimento exponencial do consumo.

Para que não houvesse preocupações quanto ao consumo, a variável montante de recursos naturais deveria crescer proporcionalmente em relação à variável consumo. Contudo, o planeta tem um tamanho limitado, o que implica em limitação da renovação dos recursos naturais. Assim, o consumo desmedido – e desnecessário – de parte da população mundial compromete a saúde das populações.

No que diz respeito ao que é, de fato, necessário, Dowbor (2017) nos traz a informação de que o planeta produz, anualmente, 2 bilhões de toneladas de grãos. Por meio de aritmética simples, verifica-se que a razão entre esse valor e o número de habitantes do planeta equivalente a, aproximadamente, 1 quilograma de grãos por habitante por dia. No entanto, ainda convivemos, no mesmo planeta, com cerca de 800 milhões de pessoas sofrendo fome.

Mais uma vez, a matemática oferece sua contribuição para evidenciar verdades inquestionáveis que clamam por luta pelos direitos: a sociedade pode ser diferente, existem possibilidades reais de boa e equânime qualidade de vida para todos(as), mas que, infelizmente, são impedidas pela deformação sistêmica do acesso a bens essenciais ao bem viver.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomemos o drama nacional da Matemática. Conheci, não poucas vezes em minha vivência na Educação, jovens estudantes com dificuldades em fazer uma leitura gráfica, como a que vimos na Figura 4. Uma delas, por improvável que possa parecer ao(à) leitor(a), refere-se à não compreensão do sentido da leitura do gráfico; há quem olhe para o gráfico fazendo a

leitura da direita para a esquerda – mesmo que a variável no eixo das abscissas seja o tempo –, de modo a entender que o gráfico expressa uma tendência decrescente.

Constatando uma característica do grau de proficiência em leitura gráfica como essa, pode-se esperar que as informações sobre insustentabilidade socioeconômica e ambiental do atual modelo econômico gerem uma postura crítica sobre esse modelo? Certamente não, pois a informação principal não é acessada sem pré-requisitos básicos para a compreensão da informação matemática em questão.

A falta de conhecimentos básicos não apreendidos em idade escolar aliena em alguma dimensão os sujeitos, dificultando sua autonomia crítica frente aos resultados do modelo econômico hegemônico. Por essa razão, a luta por equidade deve incidir, também, uma educação matemática que se valha de recursos pedagógicos apontados por Freire (1987). Esses recursos devem ser envolventes, marcando a presença da realidade dos(as) educandos(as), despertando-lhes a curiosidade epistemológica e seu engajamento no processo de autoformação conduzido sob uma perspectiva de Educação Popular. Nada melhor, para isso, que uma educação matemática que esteja em função de uma educação econômica que subsidie compreensão e transformação da realidade. ■

5. REFERÊNCIAS

- CACHAPUZ, A.; GIL-PÉREZ, D.; CARVALHO, A.M.P.; PRAIA, J.; VILCHES, A. **A necessária renovação do ensino das ciências**. São Paulo: Cortez, 2011.
- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Ouro d'água, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- INEP. **Resultados ENEM 2017**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-mec-divulgam-resultados-do-enem-2017-e-anunciam-calendario-do-exame-em-2018/21206>. Acesso em: 2 nov. 2018.
- INEP. **Resultados SAEB 2017**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

¹ **Danila Ribeiro Gomes** é graduada em licenciatura em Matemática pelo UNASP e licenciatura em Física pela USP, mestra em Ciências/Ensino de Física pela USP. Professora no Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Contato: danilafisica@gmail.com.

Um olhar sobre a educação crítica: como a matemática financeira pode contribuir com a educação financeira

ROMÃO, Darliton Cezario - IFAL ¹

RESUMO

O presente artigo é resultado de produção realizada no decorrer do Curso “A Economia ao Alcance de Todos - Por uma Pedagogia da Economia”, organizado pela EaD Freiriana do Instituto Paulo Freire. Esperamos, com este estudo, apresentar algumas contribuições para reflexão da Educação Financeira (EF) nas escolas, particularmente através da Matemática Financeira (MF), conteúdo geralmente ministrado por professores(as) de Matemática e abordado na disciplina de Matemática. Some-se a isto o nosso desejo de favorecer à formação docente no momento em que apresentamos possibilidades de atuação que contribuem, de acordo com estudos, com a formação emancipadora que buscamos oferecer. Neste sentido, a opção metodológica foi a pesquisa bibliográfica, com uma análise de trabalhos de Dowbor (2017), Campos, Coutinho e Teixeira (2015), dentre outros. Elucidados pelos referidos autores, pretendemos sistematizar, de forma didática, as contribuições anunciadas.

Palavras-chave: Educação Financeira; Ensino De Matemática Financeira.

ABSTRACT

This article is a result of the academic production carried out during the course “The Economy to the Scope of All - For “The Economy Pedagogy”, organized by EaD Freiriana of the Paulo Freire Institute. We hope to present with this study some contributions to the reflection of Financial Education (FE) in schools, particularly through Financial Mathematics (FM), content usually taught by Mathematics teachers and approached in Mathematics. Besides, it is our intention to favor education and teacher training when we present possibilities for actions that contribute to the emancipatory formation that we seek to offer, according to studies. In this sense, the methodological option was the bibliographical research, with an analysis of works carried out by Dowbor (2017), Campos, Coutinho and Teixeira (2015), among others. Elucidated by the quoted authors, we intend to systematize the announced contributions, in a didactic way.

Keywords: Financial Education; Teaching Financial Mathematics.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem o objetivo de garantir que todos estudantes brasileiros tenham os mesmos direitos de aprendizagem e aprendam todos esses conteúdos tão importantes. Construída coletivamente por meio de consulta pública, tornou-se lei em 2017 e deve ser implementada até o final de 2019. Importantes temas transversais foram contemplados, como Educação Financeira, que devem ser trabalhados pelos estados e municípios (ANNUNCIATO, 2018).

Apesar do que consta na BNCC, ainda há pouco incentivo a uma formação que, efetivamente, transforme a vida dos estudantes, de modo a habilitá-los a entender e lidar com o sistema financeiro que estamos inseridos. Amorim (2014), em sua pesquisa, conclui que os estudantes estão deixando a escola sem uma boa noção dos conceitos e da aplicabilidade da MF. O que chamamos atenção aqui é: se não há compreensão da MF, tão pouco haverá uma efetiva EF.

Dowbor (2017, p.269) nos alerta sobre o caráter parasitário do sistema financeiro, que tem como único contrapeso possível a capacidade pública de controle e regulação. Precisamos esclarecer o quanto o sistema político está envolvido, permitindo a instalação de um sistema de agiotagem dos bancos como o que nós temos hoje, observando que a esfera política precisa ser posta a serviço das mudanças necessárias, propondo leis que defendam o interesse da maioria, quando não de todos.

Percebe-se que o desafio de uma EF, que se proponha ser emancipadora, não está posto apenas ao professor de matemática, não é o desafio apenas para uma disciplina. Nossos espaços educacionais precisam ser repensados para que a escola seja um recorte da sociedade que desejamos e não da sociedade que temos, com todas as injustiças que se pretende corrigir. Neste sentido,

A Escola Cidadã cuida para que a democracia, a cidadania, a participação entre na vida cotidiana da sala de aula e da escola, de forma que sua ação não contribua para silenciar, para “naturalizar” a opressão, para formar sujeitos passivos, submissos, resignados diante das adversidades, “interditados de ser”. Seu trabalho visa a formar sujeitos críticos, propositivos, criativos, participativos, capazes de interpretar o mundo e seu “estar sendo” nesse mundo. (ANTUNES e PADILHA, 2010, apud ROMÃO et al, 2019)

Um espaço onde as modificações de conceitos ocorrem, a partir da tomada de consciência de si, do outro e do mundo, deve ser a escola e é por ela que devemos esperar as transformações em nossa sociedade. Estudos trazem propostas de soluções que se não alcançarem o objetivo de uma alteração significativa, representam um grande passo no início/manutenção deste movimento. Sugestões para mudanças, e que reforçam seu discurso, são apresentadas, por

exemplo, em Amorim (2014) e Frimaio, Pereira e Silva (2017), mas ainda é preciso perceber a importância de concebermos o sistema financeiro nacional de forma integrada, no conjunto dos fluxos (DOWBOR, 2017, p. 267), o que interfere diretamente na situação financeira de cada cidadão. Neste sentido, o ensino de MF, por si só, pode até evitar que o indivíduo se endivide por um tempo, mas não lhe garante compreensão dos fenômenos financeiros que ocorrem na sociedade, minando sua participação crítica, ativa e proativa, que poderiam contribuir às mudanças tão desejadas.

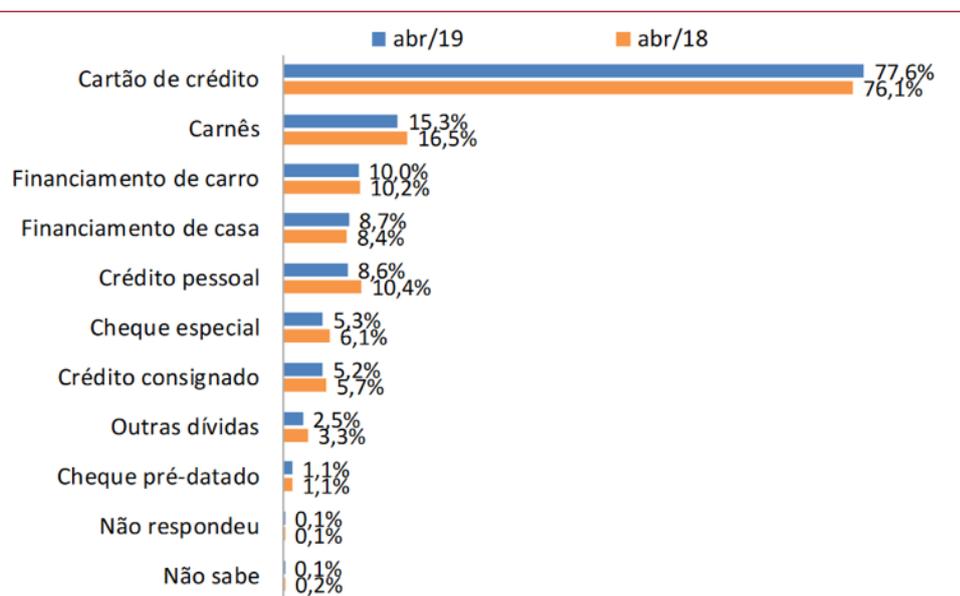
Não se tem a pretensão aqui de apresentar uma proposta definitiva à EF, tão pouco esgotar a questão de propor uma EF crítica, emancipadora. Inúmeros são os trabalhos que mostram preocupação com o tema, trazendo relatos de experiências que podem ser adaptadas e reproduzidas às diversas realidades. Neste trabalho, compartilhamos ideias que, em nossa humilde percepção, contribuirão para uma melhor EF. Ficamos satisfeitos se a clareza da diferença entre EF e MF também puder auxiliar na compreensão da fragilidade formativa de uma EF que surge a partir da MF, sem o devido diálogo com os outros componentes curriculares.

ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em sua Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) de abril de 2019, concluiu que o número de famílias com dívidas aumentou no quarto mês do ano em curso, chegando a 62,7%.

A compreensão de quais os principais tipos de dívida é fundamental para, entendendo como cada um desses produtos financeiros funcionam, trazer propostas para evitar o endividamento – este é um dos possíveis temas que podem ser abordados na EF que, esperamos, resulte na mudança de hábito de consumidores e em propostas de políticas públicas que primem pela qualidade de vida das pessoas em detrimento ao lucro excessivo. Neste sentido, temos

GRÁFICO 1 - PRINCIPAIS TIPOS DE DÍVIDA



Fonte: CNC (2019)

Observamos que em algumas das dívidas apresentadas no gráfico 1 há uma incidência de altos juros, conforme tabela 1 produzida por pesquisa apresentada em abril de 2019 pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC).

TABELA 1 - TAXA DE JUROS MARÇO/2013 X ABRIL/2019 (PESSOA FÍSICA)

TIPO DE FINANCIAMENTO	Março/2013		Abril/2019		Elevação em pontos percentuais
	Taxa Mês	Taxa Ano	Taxa Mês	Taxa Ano	
Comércio	4,00%	60,10%	4,99%	79,38%	19,28
Cartão de Crédito	9,37%	192,94%	11,46%	267,64%	74,70
Cheque Especial	7,72%	144,09%	11,72%	278,07%	133,98
CDC Bancos	1,52%	19,84%	1,66%	21,84%	2,00
Emp. Pessoal-Bancos	2,91%	41,09%	3,64%	53,58%	12,49
Emp.Pessoal Financeiras	6,88%	122,21%	6,70%	117,76%	-4,45
TAXA MÉDIA	5,40%	87,97%	6,70%	117,76%	29,79

Fonte: ANEFAC (2019)

Os dados mostram que a família brasileira vem se endividando cada vez mais.

Durante o período de 2003 a 2013, que veio a ser conhecido como “década dourada” no Brasil, vimos um elevado nível de emprego e a elevação do poder aquisitivo na base da sociedade, (DOWBOR, 2017, p.198). Sobre isto o Banco Mundial, em relatório produzido em 2016, que avalia o que travou o sucesso do período no país, pondera que frente a crise e recessão

“(…) alguns brasileiros agora perguntam se os ganhos da década passada poderiam ter sido uma ilusão, criada pelo boom de commodities, mas insustentável no ambiente internacional mais desfavorável da atualidade. A resposta que trazemos no presente Systematic Country Diagnostic (SCD) é um claro não (a qualified no). Não há razão para que os recentes ganhos socioeconômicos sejam revertidos; na realidade, podem inclusive ser ampliados com as políticas adequadas.”(World Bank, 2016, p.xvi). (DOWBOR, 2017, p.228)

Muito precisa ser compreendido para uma EF crítica e concordamos com Dowbor (2017, p.275) no que diz respeito a necessidade da conscientização, sem a qual não pode haver uma ação na direção do resgate dos processos democráticos.

EF E MF: DIFERENÇAS E POSSIBILIDADES

O conceito de EF no Brasil, proposto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é o de

Processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então,

poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (BRASIL, 2017, apud FRIMAIO, PEREIRA e SILVA, 2017, p.3).

Por outro lado, a definição que observamos de matemática financeira é

(...) o ramo da Matemática Aplicada que estuda o comportamento do dinheiro no tempo. A Matemática Financeira busca quantificar as transações que ocorrem no universo financeiro levando em conta a variável tempo, ou seja, o valor monetário no tempo (*time value money*). As principais variáveis envolvidas no processo de quantificação financeira são a taxa de juros, o capital e o tempo. (SANTOS, 2005, apud GRANDO e SCHNEIDER, 2010).

O que ponderamos é a diferença entre EF e MF, onde a primeira contém a segunda propriamente, no sentido que para uma efetiva EF, os conteúdos de MF precisam ser ministrados sim, mas não só. Essa relação fica mais evidente a partir da ponderação

A matemática financeira desenvolveu-se *pari passu* com o sistema econômico, conhecido por Economia de Mercado. Dominá-la, por conseguinte, tornou-se como que impositivo, quer pelas implicações do trabalho assalariado, quer pelas operações de compra e venda, quer pelos investimentos de capital. (LAUREANO e LEITE, 1987, apud GRANDO e SCHNEIDER, 2010).

Claramente a compreensão do sistema econômico é um dos objetivos da EF, e tal compreensão só pode ser atingida a partir do entendimento da MF. O que não podemos perder de vista é um outro objetivo da EF: a adoção de ações que melhorem o bem-estar. Isto nos parece essencial para chegar aquele que, talvez, seja o objetivo maior da educação financeira: “contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” (BRASIL, 2017, apud FRIMAIO, PEREIRA e SILVA, 2017, p.3).

O que alguns estudos têm mostrado sobre a EF a partir do ensino da MF, é a apresentação dos conceitos da última objetivando que o aluno tenha um maior controle de suas finanças pessoais. Contudo, um tema que geralmente não é abordado em conteúdos de matemática, por exemplo, e que pode ser discutido no processo de EF, é como lidar com as peças publicitárias, que mais parecem ter o princípio de despertar no público a necessidade de algo que não se precisa, exclusivamente para fazê-lo consumir.

Estamos longe de uma EF emancipadora enquanto acreditarmos que a mesma surge a partir da MF e não com. Na presença de um projeto de Escola Cidadã, podemos abordar os temas de nosso cotidiano com a intertransdisciplinaridade devida, e ponderações como as de Roberto Malvezzi, compartilhada por Dowbor (2017, p.257)

“A maioria das propostas já conhecemos: desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) em favor da medicina privada; modificações draconianas para o povo na Previdência Social em favor da previdência privada; modificações dos tempos da revolução industrial

na legislação trabalhista em favor do capital privado; entrega do pré-Sal; desmonte da educação pública – inclusive universidades – em favor da educação privada; entrega das terras públicas aos estrangeiros; repressão dos movimentos sociais; supressão de verbas para pesquisas científicas; crescimento da intolerância fascista; assim ao infinito. As políticas sociais ficarão apenas como marketing, não mais com a proposta da inclusão social. Fim dos 15 anos do desenvolvimento da política de Convivência com o Semiárido.”

Podem ser abordadas na perspectiva das diferentes disciplinas, inclusive MF, pois trata-se de questões econômicas, mas não só: também temos questões sociais, históricas, filosóficas, geográficas, etc.

PROPOSTAS DE EF A PARTIR DA MF

Defendemos uma EF que vá além do estudo dos usuais conceitos apresentados em cursos introdutórios, ou mesmo os avançados, de MF, mas que não têm o compromisso com o uso do conhecimento construído para entender a realidade de nosso planeta e intervir, agindo em prol de transformações que visem uma isonomia entre pessoas, empresas, governos, enfim as relações humanas.

Entendemos que os primeiros passos para uma EF crítica, emancipadora, não podem ser dados isoladamente, pelo professor de matemática. Há necessidade da participação dos professores de outras disciplinas para uma ampliação das discussões e dos significados, como o relato de Gôuvea (2015). Aliado a um projeto ecopoliticopedagógico envolvendo docentes de diversas disciplinas, inclusive Matemática, propomos as Metodologias Ativas para Educação (MA) cujo principal objetivo é

(...) incentivar os alunos para que aprendam de forma autônoma e participativa, a partir de problemas e situações reais. A proposta é que o estudante esteja no centro do processo de aprendizagem, participando ativamente e sendo responsável pela construção de conhecimento. (GAROFALO, 2018).

Dentre os principais tipos de MA estão: aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem entre times e sala de aula invertida. As MA têm uma proposta valiosa para despertar o interesse dos estudantes no momento em que foca a atenção à parte sem a qual não faria sentido a escola: os estudantes. Torna-os agentes ativos do processo de aprendizagem, contribuindo com sua formação crítica no momento que os alunos têm a oportunidade de levantar hipóteses e confirmar ou refutar teses. Alguns exemplos de trabalhos onde podemos ver MA sendo utilizadas para o ensino de temas de EF, em diferentes níveis de ensino, são Giasson e Schwertner (2017), Moreira e Fontenele (2011) e Teodoro (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que alguns estudos têm tratado a EF a partir do ensino da MF, objetivando que com o domínio dos conteúdos de MF os alunos tenham um maior controle de suas finanças pessoais. Esperamos ter obtido êxito em mostrar que a compreensão dos conceitos de MF não são suficientes para explicar, por exemplo, o porquê do endividamento das famílias brasileiras. Os alunos precisam ser estimulados a questionar, ser expostos aos temas da EF em disciplinas

como História, Geografia e Sociologia onde, a título de exemplo, poderiam compreender o fenômeno da chamada “década dourada”.

A visão meramente multidisciplinar, em que não há uma proposta de interação entre as disciplinas, acrescida da frequente postura conteudista de alguns colegas professores, retira a EF do frutífero espaço intertransdisciplinar, onde as disciplinas seriam trabalhadas visando, particularmente, a compreensão da EF, e divide-a entre as disciplinas, de tal forma que venha aparecer como conteúdo ou tópico de uma disciplina ou outra. Essa desvalorização da EF é, ao nosso ver, uma das razões para o endividamento das famílias. ■

REFERÊNCIAS

AMORIM, Cristiano Marcell Isquierdo de. **Matemática Financeira – Abordagem voltada para a cidadania. 2014. 54f. Dissertação de Mestrado** – Instituto de Matemática Pura e Aplicada, Rio de Janeiro, 2014.

ANNUNCIATO, Pedro. **BNCC inclui Educação financeira em Matemática.** 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/9798/bncc-inclui-educacao-financeira-em-matematica>>. Acesso em 22/04/2019.

Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC – 2019. Disponível em <<https://www.anefac.org/pesquisa-de-juros>>. Acesso em 30/05/2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Versão final. Brasília: MEC, 2018.

CAMPOS, Celso Ribeiro; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva; TEIXEIRA, James. **Reflexões sobre a educação financeira e suas interfaces com a educação matemática e a educação crítica.** Texto produzido para debate e apresentação no III Fórum de Discussão: Parâmetros Balizadores da Pesquisa em Educação Matemática no Brasil – 29 e 30 de maio/2015 – PEPG Educação Matemática da PUCSP.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC – 2019. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/peic-abril-de-2019>>. Acesso em 30/05/2019.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FRIMAIO, Geslaine; PEREIRA, Cesar H.; SILVA, Carlos C. da. Educação financeira nas aulas de matemática do ensino médio. In: COLÓQUIO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, V., 2017. Juiz de Fora-MG. **Anais eletrônicos...** Juiz de Fora: UFJF, 2017. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/coloquioedumat/files/2017/10/EDUCACAO-FINANCEIRA-NAS-AULAS-DE-MATEMATICA-DO-ENSINO-MEDIO.pdf>>. Acesso em 22/04/2019.

GAROFALO, Débora. **Como as metodologias ativas favorecem o aprendizado.** 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/11897/como-as-metodologias-ativas-favorecem-o-aprendizado>>. Acesso em 22/04/2019.

GIASSON, Carlos Menta; SCHWERTNER, Suzana Feldens. **Metodologias ativas no ensino de matemática financeira em nível técnico profissionalizante: percepção de estudantes.** 2017 Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2028/1/2017Carlos-MentaGiasson.pdf>>. Acesso em 28/05/2019.

GÔUVEA, Lúcia Miranda. **A educação financeira na perspectiva multidisciplinar: o educando como construtor de seu conhecimento.** 2015. Disponível em <<http://www.ufjf.br/>

emem/files/2015/10/A-EDUCA%C3%87%C3%83O-FINANCEIRA-NA-PERSPECTIVA-MULTIDISCIPLINAR-O-EDUCANDO-COMO-CONSTRUTOR-DE-SEU-CONHECIMENTO.pdf>. Acesso em 22/04/2019.

GRANDO, Neiva Ignês; SCHNEIDER, Ido José. **Matemática financeira: alguns elementos históricos e contemporâneos**. ZETETIKÉ - FE - Unicamp, v. 18, n. 33, pp. 43 a 62 - jan/jun 2010.

MOREIRA, Marcos André Porto; FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira. **A aplicação de um método ativo de ensino com a utilização de um simulador empresarial voltado à administração financeira**. 2011. Disponível em: <<http://institutoateneu.com.br/ojs/index.php/RRCF/article/viewFile/13/17>> Acessado em 30/05/2019.

ROMÃO, Darliton C., et al. **Aprendizagem significativa, crítica: significados e sentidos educacionais no contexto contemporâneo**. In: EaD freiriana [livro eletrônico]: artigos e projetos de intervenção produzidos durante o curso A escola dos meus sonhos: edição 2018 ministrado pelo professor Moacir Gadotti / Paulo Roberto Padilha, Janaina Abreu, Ângela Biz Antunes, organizadores. -- São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019. 586 Kb ; PDF.

TEODORO, Francine. **Uma proposta de abordagem sobre inflação usando noções de matemática financeira e do programa Geogebra, nas aulas de história do nono ano do ensino fundamental**. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182301/ARTIGO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acessado em 30/05/2019.

¹**Darliton Cezario Romão** é professor de matemática do Instituto Federal de Alagoas, IFAL, desde 2009, atualmente lotado no Campus Rio Largo. Possui mestrado em Matemática pela Universidade Federal de Alagoas, UFAL. Contato: darliton.romao@ifal.edu.br.

Educação e economia com superações ao alcance de todos

GOMES, José Joaquim Lopes - UNEB¹

RESUMO

O que foi, o que é, o que será? Os problemas da vida subiram ao palco da história e desafiam a humanidade. Superações são possíveis e urgentes. Mas, isto, depende de maturidades e inventividades. Portanto, os caminhos, passos, condutas e estruturações, alicerçadas no bom saber já acumulado, inclusive de crítica, proposição e ação, precisam de algo mais, de alguém mais que é formado em você, por você e a sociedade, na interação entre educação, economia e outros aspectos. Abrem-se, então, espaços de superações, que se entrecruzam com as instituições.

Palavras-chave: Superação; Inventividade; Educação; Empatia; Especulação Financeira; Produção.

ABSTRACT

What was, what is it, what will it be? The life's problems have risen to the stage of humanity's history and challenge. The overruns are possible and urgent. But this depends on maturity and inventiveness. Therefore, the paths, steps, conducts and structuring, grounded in good already accumulated knowledge, including criticism, proposition and action, need something more, from someone else who is formed in you, by you and society, in the interaction between education, economics and other aspects. Enabling the rising of spaces of overcoming, which intersect institutions.

Keywords: Overcoming; Inventiveness; Education; Empathy; Financial Speculation; Production.

As presentes reflexões são resultados de afinidades e diálogos entre aprendizagens do histórico de vida deste autor e o programa de estudos que compõem o curso “A Economia ao Alcance de Todos – Por uma Pedagogia da Economia”, realizado pelo Instituto Paulo Freire, com exposição teórica e pedagógica do Professor Doutor Ladislau *Dowbor*.

Quem cria riquezas, pode criar soluções? Quem cria patrimônios, pode redefinir sentidos de patrimônio? Quem vive laborando, pode também elaborar? Quem faz o mundo, pode ver o mundo? Quem olha universo exterior, pode olhar universo interior? Ao que parece, mais uma vez, o ser humano laborador e elaborador, está convocado por suas próprias necessidades, urgências e emergências, mas também está chamado novamente a fazer perguntas e desafiado a produzir respostas. Mesmo encarcerado pelas sérias dificuldades para sobreviver, cercado por tragédias diversas, é possível este ser perceber que milênios de histórias culturais e contraditórias, bem assim milhões de anos de processos naturais agora se contracenam, se defrontam somando tais chamadas e gerando desafios; é como se a natureza humana e a natureza do mundo físico e biológico colocassem em cheque os sentidos de existir, de processar, de viver, logo, de necessitar, pensar, sentir, trabalhar, organizar, gerir. Cultura e natureza estão no palco de clímax da história e convocam objetivamente personagens subjetivos.

A comunicação tácita deste momento histórico está disseminada nas ocorrências e perspectivas da contemporaneidade e está pré-anunciada nos eventos humanos e naturais anteriores, pelo que se deduz de leituras e registros sobre tempos, processos espaços de épocas e fases que nos antecederam.

A chegada às estruturas políticas estatais eram as únicas perspectivas de instrumentalização para arregimentar processos maiores de mudanças, como se verifica nos históricos nacionais de vários povos. Entretanto, o mundo no século XXI, de um lado, mantém esta perspectiva, mas também abre mais campos e formas outras, correlacionadas com as estruturas político-estatais, vez que a sociedade, sendo diversa e estando adversa, envolve emergências, engenhosidades, correlações e interdependências.

Com efeito, se antes se esperava o alcance e a chegada ao poder de governo para disseminar e praticar, através de sistemas educacionais, financeiros e diretivos estatais, ideias de emancipação, hoje, com a variedade de instrumentos de comunicação, com a diversidade de espaços financeiro-econômicos, com as tecnologias de informação e comunicação, e, ainda, através das ações e participações experientes de militâncias, voluntariados e membros de grupos de mídias várias, ao menos, em síntese, é possível realizar reflexões e experiências, bem assim socializar proposições e exemplos em ampla escala de publicidade, interações e retroalimentações, desde que os seus teores, seus conteúdos, suas químicas e físicas apresentem materialidade resolutiva,

lógica de práticas para soluções efetivas que superem opressões, dilemas e problemas; desde que racionalidades, praticidades, emotividades, sociabilidades, espiritualidades e esportividades estejam compondo o processo.

Alicerçando práticas dessa vivência pessoal e social, o instrumental teórico e prático pode e precisa ser constituído continuamente por aprendizagens, estudos, testagens, socializações, avaliações, a exemplo do que ocorre há tempos no campo de estudos, capacitações e socializações de conhecimento através de iniciativas e programas de formação de instituições diversas, sejam no âmbito de ações populares, sindicais, associativas, seja na esfera escolar e universitária.

Note-se que a continuada montagem do referido instrumental teórico e prático se faz necessária, seja para uma multiformação interagindo educação, protagonismo, economia, sociedade, conhecimentos e práticas diversos, seja para fazer acontecer enquanto protagonistas a edificação da economia e da educação de, com e para todas as pessoas, superando exclusões, ineficiências, insuficiências, desperdícios, contradições.

Este processo é individual, pessoal e social. É pessoal-auto-social, porque depende do indivíduo, da autonomia de sua pessoa, da sua vivência na coletividade e da soma da coletividade enquanto universo de multicomposição, multifuncionamento e diversamente realizador.

A formação e capacitação para compreender e operacionalizar deve ser significativa para responder aos diversos aspectos, inclusive considerando a escala planetária dos fenômenos problemáticos, a urgência de seus tratamentos, aprendizagens, reorientações e superações.

Revelando necessidades práticas de compreensão sobre assuntos de economia brasileira, felizes podem ser as indagações apresentadas diversa e continuamente pela população, pelos participantes dos cursos vários, de profissionais diversos, independentemente da área de conhecimento. Referidas perguntas são termômetros da curiosidade provocada pelas necessidades reais e atuais no campo econômico, seja no plano do cotidiano pessoal, seja no macropiano das estruturas do Brasil, sem prejuízo para a reflexão e proposição sobre a economia com justiça social, desenvolvimento, ecologia, com superação histórica de problemas e pobreza.

Assim sendo, se a economia prevalecente no mundo contemporâneo, inclusive no Brasil, não comporta toda a população, não gera suficientemente as oportunidades para todos viver com bem-estar e desenvolvimento, abre-se espaços para que multidões, segmentos, pessoas, se comuniquem, interajam numa jornada continuada de questionamentos, elaborações teóricas, de testagens e práticas referentes a ideias que se propunham resolutivas.

Destaquemos a necessidade e a possibilidade do protagonismo dos oprimidos, que na dinâmica de emancipação, por lógica, não podem criar opressões substitutas. Pelo que se aprende com a proposta pedagógica de Paulo Freire, isto envolve a ideia de leitura crítica do mundo a partir do próprio mundo em que se vive, capacitando-se na consciência para transformá-lo no que for necessário, bem assim à compreensão crítica e empática “de que se ter é condição para ser, esta é uma condição necessária” a todas as pessoas. (*Pedagogia do Oprimido*, 17ª Ed, 1987, RJ, Paz e Terra). Assim, há vinculação de sentidos com o princípio crítico do ter para ser, mas também com a possibilidade de ser para ter.

No aspecto material e da realidade objetiva, é preciso possuir condições de vida básicas para ser um personagem que protagoniza processos e resultados significativos, mas no aspecto imaterial e subjetivo é preciso exercer a vontade, a disposição, a ética, o autoconhecimento, bem

assim fazer escolhas e autogestão para ser agente na coletividade de personagens associados, que protagoniza com eficiência a criação, o uso e a gestão de condições de vida. Isto quiçá possua correlação com vivências do que seria uma pedagogia socioeconômica.

Se o sistema capitalista gera desemprego e injustiças sociais, que dificultam as vivências de bem-estar, enquanto ser potencial o indivíduo, em si, na e com a coletividade não pode gerar o autodesemprego de sua existência, de suas energias, neurônios, saberes, potencialidades, etc. A justiça social tem relações com autoajustes e sócioajustes. Efetivamente, se cada gota d'água conta no volume de água, cada gesto, cada ato e cada átomo conta na formação do patrimônio material e imaterial do ser e da sociedade, inclusive atribui crédito qualitativo e quantitativo às reflexões humanizadoras referentes as formas de posse e apropriação, com implicações jurídicas.

Desse modo, os processos são complementares e inter-relacionados. E mais: a história está abrindo janelas e permitindo acender luzes sobre cavernas e universos temporais, espaciais e das personalidades humanas. Destaque-se neste sentido, também as incríveis descobertas científicas e filosóficas do que seja o ser humano, suas energias, suas origens, mutações e agregações, suas predisposições, suas naturezas, capacidades culturais e de gestão inclusive de realidades psicológicas e emocionais, de mentalidades, condutas, relações e práticas.

Atente-se que no conjunto da economia brasileira, o motor estimulador maior se refere ao “consumo das famílias”, em mais de 60% do universo econômico nacional. Agora, imagine se este numeroso segmento da população estivesse não apenas na perspectiva do processo de consumo, mas também na expectativa, na probabilidade e na efetividade de processar formações aquecidas, sustentáveis, qualificadoras, responsáveis de patrimônios materiais, imateriais, auto-sócio-emancipatórios? Esta macrofísica socioeconômica tem relações e interdependências com a “microfísica do poder” (Michel Foucault) e com a estruturação nanoquímico-física do móvel universo mental-psico-emocional-intelectivo do ser, na sua vivência, natural e culturalmente gregária. Trata-se de instâncias, esferas, correntes e fenômenos que se estimulam reciprocamente e se retroalimentam, podendo gerar as vivências correspondentes ao ser que é porque tem e ao ter que surge por o ser é.

Nesse passo, o aspecto subjetivo do personagem oprimido, que se educa na interação social e na construção de autosócioemancipações materiais e imateriais, pode ser a alavanca para a edificação e a conquista das condições estruturais, materiais e imateriais que representam o ter crítico para poder ser.

Se a economia prevalecente gera desemprego, exclusões sociais, fome, violências, poluições, inseguranças; se milhões de pessoas estão nesta trágica realidade, a própria sensibilidade de sobrevivência abre espaços para a socialização e a valorização de mensagens e práticas emancipadoras, visto que parte considerável da fome sentida pode ser superada com responsável livre iniciativa social, empreendendo comunitariamente, numa fusão de educação e economia, inclusive porque de um lado, o mundo embora mais interligado, está mais vasto nas diversidades, a ponto de permitir o nômade produtivo, a rede social-econômica, e, de outro, não existe lei natural ou cláusula pétrea cultural de que toda e qualquer propriedade deve sempre ou somente pertencer às redes privadas ou burocrático-estatais. Existe possibilidade de vida econômica e social também foram destas esferas e mesmo com elas entrecruzando ou paralelando. Numa aprendizagem contendo estes sentidos, ver-se-á também que o sentido de empreendimento possui vários significados, mas todos têm a ver com atuação, com inteligências, saberes, escolhas, objetivos, necessidades, possibilidades, sonhos, sentimentos, sociabilidades.

Sendo egocêntrica a livre iniciativa liberal e se os seus resultados são excludentes de multidões, aquelas aprendizagens e práticas tratadas nos parágrafos anteriores podem trabalhar pedagogias econômicas com os conhecimentos tratados em âmbitos confiáveis diversos, bem assim no curso Economia ao Alcance de Todos, do Instituto Paulo Freire realizado em parceria com o Professor Doutor Ladislau *Dowbor*, que promovam livres iniciativas sociais emancipadoras, livres projetos produtivos resolutivos com funções ecológicas e sociais, livre educação com reflexão sobre funções humanas e sociais de habilidades pessoais, com elaboração e incremento de plano de vida pessoal, planos de vida grupal, planos de vida com coletivos amplos, dentre outros destaques.

Na esteira de aprendizagens, poder-se-ia perguntar: se somos sociedade, por que não somos sócios? Se o tempo e a vida são tão importantes, por que uns não têm tempo para viver e outros têm tempo mais não vivem? Por que existe a correria e não existe a corrida esportiva? Por que uns estão muito ocupados e outros estão desocupados? Por que as regras de trânsito e certas regras de esportes não são referências para regras econômicas? Por que as gerações pouco interagem? O que dizer sobre os conflitos de extratos sociais? O que é mais lógico é trabalhar pra viver ou viver para trabalhar e por que uns sobrevivem sem ter oportunidade de trabalhar?

É fato que no contexto há fatores estimulantes que apontam possibilidades para direcionamentos resolutivos, emancipatórios, éticos, sustentáveis, a exemplo da ampla possibilidade de reflexão e elaboração propositiva e prática em redes de comunicação, com mídias velozes, espalhadas nos quatro cantos da comunidade, da sociedade, do mundo terrestre. Também exemplares são as experiências de finanças e trabalho solidários, os quais podem ser otimizados, potencializados, com as avaliações, aprendizagens e evoluções que se fizerem necessárias, inclusive para ampliar resultados, constituir e disseminar redes, agregar multidões potenciais para geração de patrimônios emancipatórios materiais e imateriais. Exemplos e possibilidades várias existem, sendo isto o contraponto para alternar as reações humanas características do imediatismo, as quais agravam o próprio cotidiano e o quadro histórico e avolumam o montante de desafios.

Efetivamente, é preciso dinamizar processos, seja porque as multidões empobrecidas não podem esperar, sendo que inclusive podem ser observadas contribuições que as agendas ambientais e sociais mundiais apresentam, como tem sido destacado por instituições e pelo Professor Doutor Ladislau Dowbor, dentre outros.

Nesta realidade, desenvolver pedagogias socioeconômicas, onde processos auto-sócio-emancipadores podem ocorrer com dinamismos, esportividade, focos, amplitudes, aprendizagens, eficiências, superações, ética, ecologia, empatia, patrimonialização material e imaterial, democracia participativa, ativa, realizando gestão proativa, dinâmica e rotativa, articulados local e mais amplamente em escalas e cruzamentos, possivelmente se tornem tema e prática resolutivos e interessantes a muita gente que não vai encontrar oportunidades em sistemas tradicionais.

Sem ilusões, sabemos que há considerável controle do poder político pelos maiores esquemas e estruturas empresariais privados, mas há espaços de ação sociopolítica de caráter popular e democrático com vistas a incrementar nas estruturas públicas programas, finanças, regras que sejam destinados tanto à qualidade e ampliação dos serviços públicos, quanto ao desenvolvimento social e econômico não depredador.

Por outro lado, valorar ou desacreditar do que seriam possibilidades, depende também da compreensão que se atribui ao que seria valor nos sistemas de valores atuais.

Por exemplo, qual a importância atribuída ao que seria um potencial existencial, realizador, protagonista, resolutivo, evolutivo, gestor de superações, autogestionário, empático, científico, democrático, educacional, cultural, econômico, sociológico, filosófico, que existiria em cada pessoa e na multidão muito numerosa de excluídos das sociedades contemporâneas?

Esta hipotética valoração pesaria na balança das relações sociais, políticas, econômicas, locais, nacionais e internacionais?

Quais as funções de pedagogias socioeconômicas emancipatórias para as vivências desse hipotético ou real potencial humano e qual as relações disso com o desenvolvimento humano, a manutenção da natureza e o alcance dos objetivos e metas de agendas humanas mundiais?

No Curso “A Economia ao alcance de Todos – Por uma Pedagogia da Economia”, o Professor Ladislau Dowbor destaca a proposta de buscar uma “nova arquitetura financeira”.

Esta arquitetura, certamente teria princípios, estruturas, regulamentos, práticas etc., que requerem aprendizagens e criatividade pessoais e coletivas, bem assim ações sociais e institucionais dirigidas para superar pobreza, ocorrer democracia na economia e fortalecer a democracia em geral.

Nesse sentido, a referida “nova arquitetura financeira” implica numa nova arquitetura de aprendizagem, ação e estruturação social, vivenciando-se pedagogias socioeconômicas que permitiriam retroalimentar o “retorno social do investimento” (ONU), na medida em que o desenvolvimento humano de parcelas numerosas da população implicaria na capacitação para a patrimonialização material e imaterial, com a respectiva emancipação, gestão e sustentabilidade, num processo em que os setores antes excluídos das estruturas sociais e econômicas, agora estariam gerando bens, serviços, soluções e condições de vida, sendo protagonistas enquanto pessoa e enquanto coletivos.

É fato, que o Brasil tem amplos segmentos e espaços econômicos para desenvolvimento e que a economia é sistêmica e funciona melhor quando a engrenagem conta com as atividades e o funcionamento articulado de seus vários componentes.

Entretanto, nos vários ciclos brasileiros, em que pese a quantidade e a importância econômica representada pela população não proprietária de meios de produção, a numerosa multidão de famílias ainda não foi oficialmente reconhecida enquanto protagonista socioeconômica produtiva, vez que continua sendo classificada apenas enquanto potencial consumidor que movimenta a demanda no mercado interno.

Isto inclusive implica na manutenção das desigualdades sociais e regionais, das pobreza materiais e imateriais, na vida curta e incipiente de ciclos econômicos, os quais não se sustentam também porque ao lado do trabalho, não são incrementados processos de qualificação, desenvolvimento, patrimonialização material e imaterial e de emancipação da grande maioria da população, a qual segue no papel de figurante de consumo e componente do “exército de reserva de mão de obra” (Karl Marx), disponível para trabalhar no que aparecer de oportunidade, por mais precária e temporária que seja.

Destaque-se que se o sistema financeiro é especulativo e concentrador, a força política da coletividade possui potencial para democratizar consideráveis faixas das finanças brasileiras com o intuito de investimento em qualificação, em produção, em pedagogia para economia e para a vida com bem-estar social, fortalecendo e ampliando a democracia. ■

REFERÊNCIA

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2. ed. 2015.

¹ **José Joaquim Lopes Gomes** é formado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em 1996. Trabalhou por dois anos no Pólo Sindical/AATC; militou em educação informal por seis anos. Por oito anos exerceu o magistério no Colégio Estadual de Itaberaba. Há 10 anos trabalha em instituições financeiras de desenvolvimento. Contato: dedejlg@bol.com.br.

Trabalho e educação na perspectiva libertadora

SANTOS, Manoel Pinto - UFMA ¹

RESUMO

Este artigo problematiza os conceitos de trabalho e educação ressaltando suas ambiguidades e as compreendendo como sendo condicionadas às conformações sociais, políticas e econômicas de determinados momentos e contextos da história da humanidade. Faz-se uma reflexão das condições do trabalho, da vida humana e planetária na “era do capital improdutivo” (DOWBOR, 2017). Conclui-se que, tanto o trabalho, como a educação encontram-se imersos em uma profunda “crise civilizatória” sem precedente, a despeito das experiências alternativas de organizações sociais e econômicas.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Economia Solidária.

ABSTRACT

His article problematizes the concepts of work and education emphasizing their ambiguities and understanding them as being conditioned to the social, political and economic conformations of certain moments and contexts of the history of humanity. A reflection of the conditions of labor, of human and planetary life in the “era of unproductive capital” (DOWBOR, 2017) is made. It is concluded that both work and education are immersed in an unprecedented deep “civilizational crisis”, in spite of the alternative experiences of social and economic organizations.

Keywords: Work; Education; Solidarity Economy.

INTRODUÇÃO

No nosso atual momento histórico o trabalho está imerso em uma crise sem precedentes. Tal crise tem origem no que se convencionou chamar de desemprego estrutural, que significa a redução da demanda por “trabalho vivo” por conta do avanço tecnológico e, sobretudo, pelo emprego da chamada Inteligência Artificial (AI) nos sistemas produtivos em todos os setores da produção capitalista. Mas, a partir das últimas décadas do século passado e, sobretudo, nessas duas primeiras décadas do novo século emerge do sistema capitalista uma “nova” modalidade de concentração de riqueza. É o que Dowbor (2017) nomina e qualifica como sendo “A era do capital improdutivo”. Tal forma capitalista de exploração da riqueza mundial e de sua concentração nas mãos de uma pequena minoria da população mundial (de 1 a 5%) acentua exponencialmente a crise do trabalho, pois sua lucratividade se dá não a partir de investimentos nos sistemas produtivos, mas, tão e simplesmente, no contínuo investimento no próprio sistema financeiro, a partir de uma lógica de juros que faz o dinheiro se multiplicar sem qualquer contato com os sistemas produtivos. Mas nossa reflexão se propõe também a fazer uma breve incursão histórica na tentativa de contribuir para o entendimento dos papéis e ambiguidades do trabalho, assim como da educação, nas diferentes fases e sistemas produtivos que constituem a historicidade das sociedades humanas.

DOS PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS EMANCIPATÓRIOS À OPRESSÃO E AO ADESTRAMENTO

Uma das possibilidades de melhor compreendermos o significado original do trabalho como criação humana libertadora é nos reportarmos às ditas comunidades tribais. Nessa fase, a espécie humana vive em estado de imersão plena no meio natural. Assim, o ser humano vivia num estado de dependência e sujeição à natureza. Nutria-se com o que encontrava à sua disposição no meio ambiente. Mas eis que num dado momento o “homo” se dar conta que é capaz de intervir na natureza e, em muitos aspectos, direcioná-la a seu favor.

A inventividade marca o momento da ruptura da dependência e da sujeição plena do homo à natureza e, nesse sentido, pode se dizer que estava inaugurada a fase do trabalho como ação libertadora do ser humano das condicionantes naturais.

Sabe-se que as invenções não brotam naturais e simultaneamente em todos os lugares, elas são frutos de criatividade individual, a partir de circunstâncias e possibilidades bem particulares. Então, num dado momento uma comunidade desenvolve a agricultura e faz grande campo de milho, por exemplo. Outras tribos, ao descobrirem tamanha maravilha, irão querer também usufruir daquela fartura. Porém, a tribo inventora não vai aceitar que alguém estranho a seu

grupo se aproprie do fruto do trabalho daquela coletividade. Bem, o trabalho que criou liberdade perante o mundo natural, se tornara fonte de conflitos no mundo social. Grupos distintos passam a travar batalhas pela apropriação dos resultados do trabalho. O que se sabe é que os conflitos entre os grupos humanos foram tomando sempre maiores proporções ao ponto de uns grupos passarem, não apenas a se defender ou atacar, mas a subjugar os grupos vencidos. Isso se avolumou ao ponto de num dado momento todo o trabalho produtivo ficar a cargo dos grupos subjugados, instaurando-se um sistema produtivo escravocrata.

A sucessão do sistema de produção escravista para o servil, já na idade média, não alterou a condição do trabalhador, pois esse permaneceu totalmente subjugado ao seu senhor. O trabalho fora convertido em algo depreciativo de quem o pratica, coisa de escravo, castigo natural dos indivíduos de natureza inferior. Frente a tais condições de opressão, muitos dos indivíduos inferiorizados passam a encarnar a realidade que vivem, assimilando a condição de inferioridade.

O trabalho na sociedade capitalista industrial promove um novo elemento simbólico no imaginário das classes oprimidas, ao qual Marx nomina alienação. Como se sabe nos sistemas escravocrata e servil o trabalhador detinha a compreensão do processo e do resultado final do seu trabalho. Isso fica bem mais explícito no trabalho do artífice ou artesão que concebia e desenvolvia suas invenções em suas próprias oficinas de ferraria, marcenaria, cerâmica, etc. No capitalismo industrial o trabalhador perde sua oficina, suas ferramentas e o controle sobre o que produz. Perde também a liberdade de decidir sobre sua jornada de trabalho que passa a ser determinada pelo patrão. Nesse sistema fabril o trabalhador passa de inventor a executor de alguma parte do processo de produção de mercadorias, sendo que, o produto final, no qual sua participação é tão somente parcial, torna-se algo estranho a cada trabalhador e à coletividade que o produziu.

O trajeto do processo educacional da humanidade é muito similar ao da sua inventividade na atividade laboral, pois educação, em sentido lato, diz respeito às formas e processos de socialização dos saberes e habilidades das gerações primeiras às sucessivas gerações. É, também, na fase das comunidades tribais que os processos educacionais tinham um caráter igualitário, integral e universal. O significado emancipatório da educação tribal estava exatamente no trabalho de preparação das novas gerações para assumirem, quando na sua maturidade biológica, as responsabilidades inerentes ao mundo adulto. Nesse sentido a liberdade era, simultaneamente, conquista pessoal, pois cada indivíduo deveria esforçar-se para merecê-la, e responsabilidade comunitária, pois a qualidade do ensinamento e da aprendizagem estava diretamente vinculada à comunhão dos propósitos e esforços da coletividade.

Sabe-se que, no mundo escravocrata, o estado de igualdade é suprimido, e segmentos sociais são escravizados e reduzidos à meros instrumentos de produção. Nesse contexto social, às populações escravizadas, duas perspectivas educacionais lhes são impostas: o adestramento para a atividade laboral e a inculcação ideológica da sua inferioridade. Na estrutura social geral, a educação, ainda na antiguidade, configura-se dual: uma para a elite, voltada à preparação dos dirigentes, cavaleiros e clérigos, e outra para a massa trabalhadora, responsável por sustentar todas as demais camadas sociais. Já na sociedade medieval as restrições educacionais são ampliadas, pois mesmo os segmentos constituintes da nobreza eram iletrados. Somente o clero detinha o saber das letras e o guardava a sete chaves nas fortificações dos isolados mosteiros (ARANHA, 2006, p. 104).

Desde o capitalismo comercial, a burguesia já necessitava de um novo perfil de trabalhador, não mais do trabalhador puramente detentor de força muscular, mas que também detivesse algumas

habilidades instrucionais. No capitalismo industrial, do mesmo modo, algum nível elementar de instrução era requerido para ingressar no processo produtivo. Nesse aspecto a burguesia passou a reivindicar a laicização da educação e a institucionalização das escolas como responsabilidades dos poderes públicos. (ARANHA, 2006, p. 174). Mas a despeito das proclamadas defesas da escola laica e pública, séculos transcorreram em que o acesso à escolarização ficara restrito às elites.

No século XIX são configurados os sistemas nacionais de ensino em muitos países da Europa e também da América do Norte (EUA), mas nesses sistemas predomina a orientação pedagógica tradicional, focada no adestramento. Tal pedagogia vai ser, a partir do início do século XX, dura e duplamente contestada, por um lado, por uma nova matriz pedagógica liberal, a qual fora denominada de “escola nova” (ARANHA, 2006, p. 246). Essa concepção pedagógica atacava alguns dos pilares técnicos da pedagogia tradicional, a começar por retirar o professor do centro do processo da escolarização, centro no qual agora é colocado o aluno. Sem dúvida uma mudança radical em relação aos pilares técnicos da pedagogia tradicional. A outra vertente pedagógica que também vai contestar e propor a superação da pedagogia tradicional é a “pedagogia crítica”, na acepção de Giroux (1997) ou “pedagogias progressistas” em Snyders (1974).

A pedagogia proposta e vivenciada por Freire no Brasil, na África e na América Latina é, sem dúvida, uma das maiores referências pedagógicas na perspectiva da superação da pedagogia tradicional, ainda fortemente arraigada nas práticas escolares no Brasil. A radicalidade desta pedagogia se expressa na proposição de uma pedagogia do oprimido, negando frontalmente a utilidade das pedagogias convencionais de cariz liberal para a libertação das classes populares que se encontram na condição de oprimidas na estrutura da sociedade capitalista. A estratégia pedagógica fulcral é a problematização das estruturas materiais e simbólicas para sua consequente ressignificação consciente por parte dos componentes da coletividade de aprendentes. “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987).

Do final do século XX às primeiras décadas do atual, mudanças profundas foram processadas na estrutura econômica capitalista. As revoluções tecnológicas, sobretudo, nos campos da microeletrônica e da biogenética ampliaram exponencialmente a capacidade humana, sob controle do capital, de exploração da natureza.

Em a “Era do Capital Improdutivo” (DOWBOR, 2017), logo de partida, o autor dá relevo ao que se convencionou chamar de “crise civilizatória”, e ressalta o que considera ser os três pilares dessa crise: o problema ambiental, o problema social e o problema econômico.

Em relação ao problema ambiental pode-se dizer que a exacerbação da racionalidade técnica aplicada à exploração extremada das riquezas naturais do planeta tende a levá-lo, num curto espaço de tempo, à sua exaustão. É o que Boff (1999) qualifica como sendo a “falta de cuidado”. A lógica exploratória capitalista do que nominam de “recursos naturais” é ambientalmente insustentável, pois desconsidera a dinâmica do planeta e sua capacidade de regeneração do que lhe fora subtraído. A velocidade com que são exploradas as riquezas do planeta já tem levado à extinção de milhares de espécie animais e vegetais. Dowbor fala que, apenas nos últimos 40 anos, perdemos 52% da fauna do planeta (DOWBOR, 2017, p. 20). Também o afã pelo aumento ilimitado da produtividade e pela redução nos custos de produção tem intensificado a destruição do equilíbrio ecológico pelo envenenamento do ar, dos solos e da água. Lixos tóxicos e radioativos são amontoados e/ou represados sem a devida segurança, resultando em sucessivos desastres com consequências imensuráveis como os recentes casos de Mariana e Brumadinho,

empreendimentos da mineradora Vale. Outro exemplo de insustentabilidade ambiental na economia capitalista atualmente praticada no Brasil está no agronegócio que, a despeito da forte propaganda a seu favor e dos fortes incentivos estatais, é de uma nocividade predatória imensurável, pois concentra a propriedade da terra em poucas empresas agrícolas, gera pouca oportunidade de trabalho humano, dado ao emprego de maquinaria robotizada, faz a introdução de organismos geneticamente modificados no meio ambiente, utiliza volume indiscriminável de água na irrigação dos vastos campos de monoculturas e despeja toneladas de veneno no meio ambiente.

O segundo problema ressaltado é de natureza social – grande exclusão de segmentos sociais das condições elementares de dignidade humana. Tal problema é agravado pela explosão demográfica que, ainda conforme os dados levantados pelo pesquisador, em aproximadamente um século a população humana no planeta aumentou de 1,5 bilhão para 7 bilhões de pessoas (DOWBOR, 2017, p. 18), todas precisando ser sustentadas pelo planeta e, o que é pior, numa inclinação consumista irrefreável.

O problema econômico é o terceiro tripé eleito por Dowbor para explicar os fundamentos da dita crise civilizatória. Esse é o objeto investigado em maior profundidade pelo autor da obra “A Era do Capital Improdutivo”. Em nossa reflexão sobre o trabalho, vimos que na origem ele se configurou como ação libertadora do homo das determinações naturais. Também se constatou que nas sociedades escravocrata, servil e capitalista o trabalho foi convertido pelas elites empoderadas em mecanismo de opressão das classes trabalhadoras. No caso do momento contemporâneo, século XXI, o problema econômico se agrava, pois, além da extremada concentração do capital financeiro nas mãos de 1% da população mundial, esse capital é retirado totalmente dos sistemas produtivos. Numa didática muito acessível Dowbor demonstra que o sistema financeiro é, incontestavelmente, o maior responsável pela crise civilizatória que assola a humanidade em escala mundial.

Expostos, resumidamente, os três pilares da “crise civilizatória”, na análise de Dowbor (2017), a sensação que emerge, de imediato, é da grande impotência das classes exploradas, oprimidas e excluídas para a superação de tal nível de barbárie social, ambiental e econômica. Mas o próprio pesquisador aponta para muitas possibilidades já em andamento para a reversão da crise.

A essas formas organizativas Arruda tem denominado de “socioeconomia solidária” (ARRUDA, 2003, p. 224). Arruda propõe o desafio de “humanizar o infra-humano” na perspectiva da formação do ser humano integral. Para tal apresenta três eixos estruturantes: o ser humano como ser multidimensional, a socioeconomia solidária como estratégia do cuidado do planeta e dos seus habitantes, e a “educação da práxis”.

O sentido da gestão e do cuidado da casa, leia-se, do planeta, é fulcral e estruturante, pois só nestes termos uma economia se torna verdadeira e adquire legitimidade. Mas a quem compete esse cuidado para com a casa e seus habitantes? Compete naturalmente ao homo que, na expressão de Boff (1999): “o ser humano é um ser de cuidado, mais ainda, sua essência se encontra no cuidado.” Pois, se a vocação ontológica do homo é o cuidado, há que se regatar sua essência original.

Compreender o ser humano como ser multidimensional implica concebê-lo, primeiramente, como ser contraditório: individual e coletivo, pessoal e social, consciente e inconsciente, corpo e mente, matéria e espírito, razão e sentimento, natural e cultural, masculino e feminino; “um ser continuamente em construção”, que consome e produz, “que conhece e age” (ARRUDA, 2003, p.209).

A superação do estado de opressão da classe trabalhadora pela classe capitalista, detentora dos meios de produção, passa, necessariamente, por vivências de outras formas organizativas de produção da existência, assim como, por umas “práxis pedagógica” capaz de promover, pela ação e reflexão, a ressignificação do mundo, de seus fenômenos, valores, saberes e fundamentalmente do ser humano. Para tal, Arruda propõe a socioeconomia solidária como forma de trabalho emancipatório e libertador.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que: o futuro da vida no planeta é temeroso, pois o acelerado grau de destruição das espécies animais e vegetais tem como consequência um extremado desequilíbrio ecológico-ambiental; que o trabalho, elemento que distingue e, num primeiro momento, liberta a humanidade das determinações naturais, tornara-se grilhão que escravizou, oprime e aliena os segmentos sociais destituídos do acesso aos meios de produção da existência; que a educação, em sua vertente hegemônica, atua no sentido da legitimação e perpetuação da ordem capitalista excludente, predatória e, conseqüentemente, social, ambiental e economicamente insustentável; que a despeito da hegemonia do capital, sobretudo agora na sua era improdutiva, emergem, da própria marginalidade, processos e experiências de organizações sociais e econômicas alternativas à lógica puramente capitalista que exacerba o lucro para poucos em detrimentos das vidas e do planeta; tais experiências têm um grande potencial para resgatar o trabalho como ação libertadora e emancipatória dos segmentos sociais atualmente subjugados ao império do capital, particularmente, em sua modalidade mais socialmente danosa, o capital improdutivo. ■

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lucia Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano – A formação do ser humano integral: Homo evolutivo, práxis e economia solidária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Cortez, 1999.
- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias tem mais riqueza do que metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 36. ed. Campinas, SP: Autores Associado, 2003 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo: vol. 5).
- SNYDERS, Georges. **Pedagogia progressista**. Coimbra: Almedina, 1974.

¹ **Manoel Pinto Santos** é pedagogo, mestre em educação e professor na Universidade Federal do Maranhão/CCSST-Imperatriz-MA. Contato: manoeiprof.ufma@gmail.com.

Substância anterior da nova arquitetura de poder: hegemonia e ausência de embates

NEVES, Thiago Clemente Levada - Advogado ¹

RESUMO

O presente artigo visa uma breve articulação entre Economia, Política e Direito. Uma linha geral acerca de interesses do setor financeiro como pano de fundo na criação de normas jurídicas internacionais e nacionais, as transformações do Estado Democrático de Direito em Estado Pós-Democrático, atual fase do capitalismo global neoliberal e o esvaziamento do embate de forças políticas distintas nos conteúdos das referidas normas.

Palavras-chaves: Estado Democrático de Direito; Estado Pós-Democrático; Neoliberalismo; Estruturas Hegemônicas.

ABSTRACT

This article aims at a brief articulation between Economy, Politics and Law. A general line about the interests of the financial sector as a background in the creation of international and national legal norms, the transformations of the Democratic State of Law in a Post-Democratic State, current phase of neoliberal global capitalism, and the emptying of the clash of distinct political forces the contents of these norms.

Keywords: State Democratic of Law; Post-Democrat State; Neoliberalism; Hegemonic Structures.

A obra do Professor Ladislau Dowbor aponta os efeitos do sistema econômico (e de poder) que não serve a fins eticamente colocados, mas sim, à acumulação do capital financeiro enquanto um fim em si mesmo, criando terreno fértil a um caos social. Com uma análise mais atenta (como faz Dowbor), constatamos que há uma racionalidade. A disfuncionalidade e os efeitos são resultado de uma complexa racionalidade dirigida que inibe fins de avanços civilizacionais e a efetivação do texto Constitucional e demais Documentos de Direitos Humanos internacionalmente firmados pelo Brasil. A abrangência dessa complexidade necessita um diálogo interdisciplinar. A obra do professor torna isso claro quando apresenta “Esboço de Uma Agenda” (DOWBOR, 2018, p.270-294). Pode-se ter uma disciplina de partida, mas a interdisciplinaridade é o fim a se alcançar. Sem a pretensão esgotar qualquer discussão nas diversas áreas dos saberes humanos, pretendemos com este breve artigo fazer alguns pontuais apontamentos que articulem Economia, Política e Direito, tomando esta última seara como a principal no que tange a firmar as “regras do jogo” que, no nosso tempo, estão completamente desviadas de interesses do tecido social.

I) ESTRUTURAS HEGEMÔNICAS E PRODUÇÃO JURÍDICA

A formatação do neoliberalismo como nova ideologia do capitalismo global não aconteceu, em sua origem, por decisão exclusiva e unilateral de liberalização do fluxo de capitais dos agentes econômicos (as grandes corporações). Urge um olhar para os próprios agentes políticos e jurídicos, nos planos nacional e internacional. Tudo o que vivemos é fruto de decisões políticas que geram o Direito (normas) que, em tese, moldam os limites da atuação dos diversos agentes de forma vinculada no cumprimento do emanado pelos órgãos criadores de legislações (nacional ou internacional).

Questionadores do *status quo* afirmam que um Estado Hegemônico impõe seus interesses e vontades de forma direta em uma operação de coerção, o chamado Imperialismo. Não nos parece prudente essa visão. Mais oportuna uma abordagem a partir da questão das “Estruturas Hegemônicas”:

As funções precípua do Estado – além da defesa do território e de sua soberania – são: legislar, isto é, criar normas de conduta; sancionar, isto é, punir os violadores dessas normas; dirimir conflitos sobre sua interpretação e, finalmente, defender os interesses de seus nacionais e de suas empresas quando estas se encontram sob jurisdição estrangeira [...] A emergência de agências supranacionais, estruturas de natureza estatal, não extingue nem modifica a necessidade daquelas funções do Estado nem invalida o raciocínio acima [...] Assim, consideramos o conceito de estrutura hegemônica mais apropriado para abarcar os complexos mecanismos de dominação. O conceito de “estruturas

dinâmicas de poder” evita discutir a existência – ou não –, no mundo pós-guerra Fria, de uma potência hegemônica, os Estados Unidos, e determinar se o mundo é unipolar ou multipolar, se existe um condomínio ou não. O conceito de “estruturas hegemônicas” é mais flexível e inclui vínculo de interesse e de direito, organizações internacionais, múltiplos atores públicos e privados. A possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta; mas, no âmbito dessas estruturas, estão sempre Estados nacionais (GUIMARÃES, 2001, p.27-28).

A adesão a essas estruturas implica a um Estado abrir mão de parcela de sua soberania. Temos que a vinculação jurídica não se dá tão somente por normas criadas pelo parlamento nacional, mas, também, ao normativo emanado dessas estruturas (no Brasil é necessária a ratificação pelo parlamento).

As estruturas hegemônicas são geradoras de uma dinâmica. Nesta dinâmica, a estratégia central é a criação de um ordenamento jurídico internacional – com reflexos no plano nacional – que vincula países participantes, moldando condutas estatais nos planos externo e doméstico:

A primeira estratégia da preservação e expansão das estruturas hegemônicas de poder se verifica através da expansão das organizações sob seu controle [...] A participação da maioria dos países da periferia nesse processo não só é considerada essencial, como chega a ser “exigida”: não para que tomem parte efetivamente da elaboração ou aperfeiçoamento” daquelas normas, mas, sim, para dar legitimidade e validade universal e à eventual aplicação de sanções “internacionais” contra os infratores. De um lado, essas normas de conduta refletem a força relativa dos diversos integrantes daquelas estruturas hegemônicas e regulam suas relações dentro das estruturas. De outro lado, tais normas enquadram os Estados da periferia, buscando sempre o objetivo maior de preservação das estruturas, de seu poder e dos benefícios delas decorrentes para as sociedades dos Estados centrais que as integram. [...] A elaboração de normas de conduta nas esferas internacional e doméstica para um número crescente de atividades e realiza no âmbito de várias organizações internacionais. Os principais fóruns nos quais elaboram tais normas são a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) e se utiliza para sua implementação o mecanismo de “condicionalidades” do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em especial para os países endividados e em crise na periferia (GUIMARÃES, 2001, p.32-33).

A flexibilização da soberania-decisória dos países, com a aceitação de criações legais externas de partes relevantes dos ordenamentos jurídicos nacionais dentro das estruturas, em que, como referido, não se aplica equidade entre os países de maneira empírica, mas apenas no plano formal (mera previsão no Documento de criação da estrutura), torna países reféns de interesses representados pelos Estados de maior poder de influência decisória, em assuntos públicos ou privados, dado o vínculo jurídico.

A obra de Guimarães trata de relações e interesses estatais em vias expressas ou tácitas. O professor Dowbor apresenta um sofisticado estudo dos atores privados/corporações, demonstrando uma articulação da qual decorrem diversos fenômenos, em principais: a articulação de uma rede mundial de controle corporativo, modificações significativas no processo decisório e a

mitigação das atribuições de apurações e sanções de responsabilidades, a oligopolização sistêmica do setor financeiro, o controle financeiro na precificação das commodities e a captura do poder político (DOWBOR, 2018). Formando, assim, uma espécie de “Estruturas Hegemônicas Privadas”.

Interessa-nos com as formulações de “Estruturas Hegemônicas”, a junção com o exposto pelo professor Dowbor. Em resumo: o surgimento dos órgãos supranacionais (o sistema Direito Público), que em seu âmago estão os Estados como representantes os interesses das finanças globais, somados às estruturas hegemônicas privadas, estas detentoras do principal ativo para estímulos e choques de desenvolvimento. Um colossal poder de sobreposição das finanças “de si-para-si” em relação aos rumos e demandas dos tecidos sociais dos países, inibindo a concretização efetiva das diretrizes plenipotenciárias civilizacionais e detenção dos mecanismos de geração das dívidas dos países (internas e externas), bem como dos próprios controles cambiais. As cooperações das finanças detém o ideário hegemônico.

II) PÓS-DEMOCRACIA: ESTADO E POLÍTICA

O Brasil é tido como um Estado Democrático de Direito na Constituição de 1988 que, apesar dos retalhos sofridos desde a promulgação, apresenta normativos que oferecem “nortes” para o avanço civilizacional vinculado:

Estado Democrático de Direito se evoca, em termos weberianos, um ‘tipo ideal’ de Estado que tem o compromisso de realizar os direitos fundamentais e tem como principal característica a existência de limites legais ao exercício de poder. [...] é, portanto, sinônimo, de Estado Constitucional [...] um Estado em que os indivíduos e, em especial, os agentes estatais, estão sujeitos à lei, não como no velho paradigma positivista (“sujeição à letra da lei”), mas sujeitos à lei coerente com a Constituição da República. Tem-se, então, um tipo de ordenamento no qual o poder público está rigidamente limitado e vinculado à lei adequada à normatividade constitucional. (CASARA, 2018, p.19)

A Constituição não é um documento legal adstrito exclusivamente às lides levadas ao Poder Judiciário. Nela estão presentes Princípios e normas que, em tese, norteiam conteúdos e criação de leis, ou seja, a atuação do Poder Legislativo, bem como normas que norteiam à atuação do Poder Executivo e os órgãos da Administração Pública.

Questionamos: na atual fase do capitalismo financeiro, de ideologia neoliberal, é possível falarmos na vigência de um Estado Democrático de Direito ou podemos afirmar que caberia outra definição ao Estado? A resposta descansa na segunda hipótese.

O neoliberalismo designa mais que uma economia política. Os estudos da economia são mais conhecidos. Todavia, é um fenômeno que se apresenta muito além. Em síntese: não está reduzido ao ideário econômico dos Chicago Boys ou a questões de privatizações. O neoliberalismo é hegemônico que, se tem início no conteúdo econômico, espalha-se invadindo todas as searas das instituições, com impactos nem sempre aparentes instantaneamente, que vão dando forma a outra operacionalidade institucional, a outro Estado, formando um novo sujeito e mentalidade de valores, com formas de vida, trabalho e controle do indivíduo que, contemporaneamente, vão ficando latentes (HAN, 2018).

Constadada essa abrangência, em que urge a análise interdisciplinar, afirmamos o conceito de Estado Pós-Democrático e seus sintomas:

Os sintomas pós-democráticos estão presentes na sociedade, da mercantilização do mundo à sociedade do espetáculo, do despotismo do mercado ao narcisismo extremo, da reaproximação entre o poder político e o poder econômico ao crescimento do poder autoritário, sempre a apontar na direção do desaparecimento dos valores democráticos e dos correlatos limites rígidos ao exercício do poder, que hoje existem apenas como um simulacro, como um totem que evoca conquistas civilizatórias do passado, mas que hoje não passa de lembranças que confortam (CASARA, 2018, p.22).

A ideologia neoliberal invade o cotidiano para além da economia. Como nos interessa focar na questão de um não-limite do poder econômico, pontuamos a característica de uma simbiose entre poderes político e econômico:

Por pós-democrático [...] entende-se um Estado sem limites ao exercício de poder, isso em um momento em que o poder econômico e o poder político se aproximam, e quase voltam a se identificar, sem pudor [...] pode-se falar em uma espécie de regressão pré-moderna, que se caracteriza pela vigência de um absolutismo de mercado. [...] De fato, o 'Pós- Democrático' é o Estado compatível com o neoliberalismo, com a transformação de tudo em mercadoria. Um Estado que, para atender ao ultraliberalismo econômico, necessita assumir a feição de um Estado Penal, de um Estado cada vez mais forte no campo social e voltado à consecução dos fins desejados pelos detentores do poder econômico [...] O Estado Pós- Democrático assume-se como corporativo e monetarista, com protagonismo de grandes corporações e destaque para as corporações financeiras na tomada de decisões do governo. [...] uma "democracia" das grandes corporações, pelas grandes corporações, para as grandes corporações. [...] o governo se põe abertamente a serviço do mercado, da geração de lucro e dos interesses dos detentores do poder econômico, o que faz com que desapareça a perspectiva de reduzir a desigualdade (CASARA, 2018, p.23,29)

Os interesses do Poder Econômico (finanças) são a *ratio* que norteiam às atuações dos Poderes da República em suas funções, tornando demais compromissos constitucionais em meras letras mortas.

O ordenamento jurídico é formado e aplicado visando a não existência de barreiras econômicas que regulem e direcionem as finanças para serem úteis à sociedade, criando um *status quo* descolado de avanços que deveriam ser amplamente garantidos. O quadro torna-se ainda mais explícito na simbiose do público e privado com a nomeação de atores políticos advindos dos setores financeiros em cargos centrais das instituições do Estado. Nestes cargos, assume o Banco Central protagonismo de órgão de atendimento aos interesses do setor das finanças privadas com práticas de operações de legalidade duvidosa e definições de taxas de juros sem responsabilidades com o Tesouro Nacional e orçamento do país, sem estímulos a investimentos produtivos e bem estar das famílias. A governabilidade eficaz para a população tornou-se inexistente. A drenagem de recursos é um mecanismo chancelado pelo Estado.

Em termos mais claros, a previsão de que o “poder emana do povo”, entendendo o exercício de poder como um fenômeno que existe para melhoria das condições de vida de uma população, não é assistida pelo principal órgão responsável pela saúde monetária. Não é diferente com os representantes eleitos – salvo exceções que não conseguem articular uma maioria representativa – que atuam como procuradores desses interesses da financeirização, dado o fenômeno da captura do Poder Político (DOWBOR, 2018 ,p.115–118 e MASCARO, 2018, p.165–166).

III) CONSIDERAÇÕES SOBRE AUSÊNCIAS DE EMBATES

A formação do Direito – formação de vínculos com normas de compromissos e condutas – é decisão política que deveria advir de anteriores embates de forças no plano político, visando uma racionalidade para atendimento das vontades gerais do bem-estar comum. Esses referidos embates não existem. Essa ausência é a substância da arquitetura de poder. Organismos internacionais públicos e privados, bem como poderes nacionais, atuantes a serviço das finanças transnacionais, resultam no fim dos Estados Democráticos de Direito, gerando um novo momento Pós-Democrático. As grandes corporações das finanças são a hegemonia anterior nas estruturas e no conteúdo das decisões políticas. Apesar do mal-estar, ainda não se conseguiu a formação e articulação de corpos políticos que possam fazer frente a essa força, visando reequilíbrio e nova formatação do momento anterior às decisões política. O Direito (a seara jurídica e judiciária) não dará novos rumos. As atuações e decisões jurídicas e judiciárias também são poderes inerentes e necessários ao sistema capitalista e de proteção ao capital (MASCARO, 2018, p.146–151). As criações de “Poderes Judiciários Privados” (DOWBOR, 2018, p.118–119), também presentes no Brasil, são tidas como avanço e sofisticação, porém, mecanismos que distanciam da jurisdição estatal e dotados de viés ideológico (MUÑOZ, 2015).

Os estudos críticos – econômicos e jurídicos – ainda possuem pouco destaque, a troco de visões tecnocráticas para fins de operacionalidade do próprio sistema posto. O *mainstream* jurídico, em particular, é um setor de preservação de uma configuração de sociedade de castas, absolutamente dissociada da própria da noção de cidadania, ou seja, de efetivação dos preceitos constitucionais (efetivação que não significaria ruptura com a própria ordem capitalista), a troco de visões personalíssimas de seus membros. O setor do debate econômico começa a reinventar os seus conteúdos e, aos poucos, vai conquistando espaços, mas ainda de maneira incipiente. A política, desacreditada, não tem dado conta de uma atuação imaginativa que dê animo para novas formas e formulações, inclusive, para se pensar possibilidades “Além do Capitalismo” ou “Pós-Capitalistas”, centrando-se em meras reafirmações de direitos dentro de um sistema que se mostra em franco esgotamento. Por tudo isso: constatações que trazem boas-novas para o conhecimento capaz de transformações. ■

REFERÊNCIAS

- DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo: A nova arquitetura de poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta**. 2.ed. São Paulo: Autonomia Literária/Outras Palavras/Fundação Perseu Abramo, 2018.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. 3.ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed.Universidade/UFRGS/Contraponto, 2001.

CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. 1.ed. Belo Horizonte: Ed. Âyiné, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MUÑOZ, Alberto Alonso. **Conciliar é legal... para quem, cara pálida?** 17 de junho de 2015. Justificando. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2015/06/17/conciliar-e-legal-para-quem-cara-palida>>. Acesso em: 17 jun 2019.

¹ **Thiago Clemente Levada Neves** é advogado. Formou-se com a monografia interdisciplinar *Proibicionismo – Esfinge e Leviatã na Terra do Sol*. Contato: thiago.cln@gmail.com.

Dialógica da esperança

Arlindo Manuel Esteves Rodrigues¹

O Curso “A Economia ao Alcance de Todos”, oferecido pelo Instituto Paulo Freire, em segunda edição, além de apresentar um rico diálogo nos seus fóruns, transcendeu os limites do ambiente institucional ao disponibilizar este livro à sociedade.

Uma das ideias dialogadas no curso foi a riqueza do conhecimento como um bem especial. A caneta é um bem, que ao ceder para uma outra pessoa, seu antigo dono perde sua posse, enquanto a informação tem relação de propriedade diferenciada, pois quando seu dono transfere sua posse para outro, se enriquece, já que a reação do receptor enriquece esse bem ao dono original. Esse enriquecimento será ainda maior se essa reação for dialógica.

Seguindo essa lógica, alguns participantes aceitaram o desafio de compartilhar suas visões e aprendizados desse encontro com o apoio da obra *A Era do Capital Improdutivo*, do professor Ladislau Dowbor e os diálogos nos fóruns temáticos na plataforma virtual do curso. O desenvolvimento humano proporcionado por esse encontro engrandece a nossa capacidade de denunciar as injustiças socioambientais, da malvadeza dos opressores e anunciar a possível construção da utopia, a sociedade inédita e viável. Aprendemos nessa convergência de insurgentes que o grande verbo é *esperançar* e essa energia nos move para a construção dessa nova sociedade.

Com apoio compreendemos que a sociedade malvada atual hoje tem como característica o poder econômico e, conseqüentemente, político, de um pequeno grupo financeiro. Esses poderes permitem que esse grupo se aproprie da governança, assim, dos processos decisórios local e global, cuja priorização do lucro dessa elite é absolutizada em detrimento à vida de todos os seres do planeta, do bem viver, do desenvolvimento dos potenciais humanos.

Mas, a proposta do livro base e do curso não é ficar estacionado na denúncia de que a sociedade está destruindo as condições de vida do planeta e das relações humanas para o enriquecimento de poucos. Há também o anúncio de outra opção de governança, comprometida com a geração mais igualitária de renda e integrada com as limitações do planeta. Em especial, o capítulo *Recuperar a produtividade do sistema* apresenta propostas concretas de reformas estruturais para transformar essa Nação.

Aproveitando esse clima transformador, os participantes criaram suas interpretações e propostas. A contribuição dos autores Artidônio Araújo Filho e Silvana Maria Jacinto foi destacar a importância de se compreender as práticas sociais que fazem com que as comunidades se mobilizem, transformando o seu mundo e conseqüentemente, o mundo dos sujeitos com os quais se relacionam no sentido de se chegar à alteridade, solidariedade e libertação. Não ficaram na denúncia, anunciaram que as transformações envolvem o fortalecimento da política liberta dos interesses das corporações e comprometida com a superação da pobreza.

Carla Boechat Lode apresentou um olhar crítico sobre o empobrecimento da população pela política ultraliberal aplicada no Brasil e em diversos países. Ela alerta que essa política é apoiada pelas grandes mídias e pelo Judiciário, promovendo um capitalismo radical que destrói as políticas públicas e sociais. Para ela, a superação dessa crise social envolve um “árido trabalho de re-conscientização das massas”. Seu texto transmite a esperança, pois ela acredita na força transformadora da sociedade brasileira em construir “um país de todos”, pois “enquanto houver luta, haverá esperança”.

Darliton Romão nos traz uma reflexão sobre a educação financeira integrada com as demais disciplinas educacionais como opção emancipadora.

Danila Ribeiro Gomes enriqueceu esse livro com sua experiência como professora de matemática. No seu texto, ela apresenta as dificuldades de seus alunos com conceitos de matemática e as conseqüências sociais dessa carência. Mas, como ela afirma, aceitou o “convite de Paulo Freire à solidariedade humana”. A partir de sua constatação de que “a Matemática é necessária à compreensão transformadora acerca da Economia”, ela investiu na proposta de engajar os seus alunos no processo de autoformação.

José Joaquim apresenta uma provocação ao pensar diferenciado. Para esse autor, a força política da coletividade, no desenvolvimento da qualificação, na produção e produção, é uma opção concreta para a democracia, para a vida com bem-estar social.

Thiago Clemente nos apresenta um diálogo envolvendo as Ciências Econômicas, a Política e o Direito, com a proposta de buscar uma resposta para o questionamento “na atual fase do capitalismo financeiro, de ideologia neoliberal, é possível falarmos na vigência de um Estado Democrático de Direito ou podemos afirmar que caberia outra definição ao Estado?”.

E Manoel Pinto Santos, em sua reflexão, conclui que apesar dos riscos hoje ainda existentes no planeta, dos processos de escravização, alienação e opressão verificados na história da humanidade e de todo o aparato de injustiças sociais que conhecemos, é sim possível, por meio do “Trabalho e Educação na perspectiva libertadora” e emancipatória dos segmentos sociais, buscarmos possibilidades da superação processual do que, hoje, apresenta-se de forma danosa à sociedade, na forma da exploração do capital improdutivo.

O compartilhamento desses conhecimentos foi a primeira etapa da expectativa ética desse curso. A ambição desse curso é sermos multiplicadores com rodas de conversa, minicursos e encontros de diálogo nas escolas, nas comunidades e demais espaços de convivência. Afinal, o conhecimento e a utopia estacionados em nossas mentes definham, mas eles, compartilhados, engrandecem a todos; afinal como nos ensinou Raul Seixas, na sua música Prelúdio, “o sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade”. ■

¹**Arlindo Manuel Esteves Rodrigues** é professor / pesquisador na área de gestão ambiental e ecologia política. Graduado em Licenciatura Plena em Ciências. Também possui mestrado em Administração e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Em março de 2019, concluiu pós-doutorado em Administração com o tema “Administração de bens Comuns: Caso da Água”, na PUC-SP com a orientação de Ladislau Dowbor. E colaborou neste curso – e suas edições 1 e 2, como professor colaborador, pela EaD Freiriana do Instituto Paulo Freire.